

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN – RS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

CLEITON SANTOS DA SILVA

**O PAPEL DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER E NA
CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE DE DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO**

FREDERICO WESTPHALEN – RS

2025

CLEITON SANTOS DA SILVA

**O PAPEL DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER E NA
CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE DE DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado em Educação, do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen – RS.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Moll.

FREDERICO WESTPHALEN – RS

2025

CLEITON SANTOS DA SILVA

**O PAPEL DA BIBLIOTECA ESCOLAR NA DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER E NA
CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E EDUCAÇÃO: UMA
ANÁLISE DE DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO**

**Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre, pelo Curso de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação – Mestrado
em Educação, do Departamento de
Ciências Humanas, da Universidade
Regional Integrada do Alto Uruguai e
das Missões – Câmpus de Frederico
Westphalen – RS.**

Fred. West., ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jaqueline Moll (Orientadora)

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Thiago Dutra de Camargo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Claudionei Vicente Cassol

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Aos meus pais, Maria Eliza e José Galdino, e à minha filha, Anna Clara, pelo apoio incondicional e por todo amor, paciência e apoio, que tornaram esta conquista possível. Vocês são a minha maior inspiração.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Deus, por ter me dado saúde, perseverança e sabedoria para enfrentar os desafios desta jornada.

À Professora Doutora Jaqueline Moll, minha orientadora, por sua dedicação, valiosos *insights* e paciência durante todo o desenvolvimento desta pesquisa. Sua experiência e confiança foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos membros da banca examinadora, Professores Doutores Claudionei Vicente Cassol, Daniel Pulcherio Fensterseifer e Thiago Dutra de Camargo, por aceitarem o convite e por suas contribuições e sugestões que, com certeza, enriqueceram o resultado final desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), pela excelente formação acadêmica oferecida e pela infraestrutura que possibilitou a realização deste estudo.

Aos colegas e amigos do grupo de orientandos, pela camaradagem, pelas trocas de ideias e pelo apoio mútuo nos momentos de maior desafio.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste sonho, o meu sincero e eterno obrigado.

*A leitura é uma fonte inesgotável de prazer,
mas, por incrível que pareça, a quase
totalidade não sente esta sede.*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Esta dissertação analisa criticamente o papel da biblioteca escolar na democratização do saber e na consolidação de políticas públicas de leitura e educação. Tem como objetivo geral compreender de que maneira a biblioteca escolar contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, interpretativas e reflexivas, bem como para a formação da autonomia intelectual e do repertório cultural dos estudantes, considerando as políticas públicas que regem sua organização e funcionamento. Para tanto, realizou-se uma análise de documentos e legislação, a partir das leis federais nº 12.244/2010, nº 13.696/2018 e nº 14.837/2024, das leis estaduais de Mato Grosso nº 11.820/2022 e nº 11.839/2022, e de dois documentos educacionais da Secretaria de Educação Estadual do estado de Mato Grosso (SEDUC-MT), sendo eles, Diretrizes para a Biblioteca Escolar Estadual de Mato Grosso (2023) e Guia Prático da Estrutura Física das Bibliotecas (2023). Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter exploratório e método indutivo, construído a partir de uma análise bibliográfica e documental. A análise evidenciou um avanço conceitual das políticas públicas, que evoluíram de uma visão estrutural, centrada na obrigatoriedade de implantação, para uma concepção formativa e sistêmica, voltada à integração pedagógica e tecnológica das bibliotecas escolares. Os documentos estaduais analisados demonstram o esforço de territorialização dessas políticas, ao traduzir princípios legais em orientações pedagógicas e operacionais, articulando leitura, gestão e infraestrutura. Os resultados confirmam que a biblioteca escolar, quando inserida no planejamento pedagógico e na cultura escolar, torna-se um espaço de mediação, convivência e emancipação intelectual. Conclui-se que a leitura é prática social e política, e que a biblioteca constitui um núcleo de inovação educativa e resistência cultural. Assim, a consolidação da biblioteca escolar como política pública requer continuidade administrativa, financiamento estável e valorização profissional, para que o direito à leitura se efetive como prática de cidadania e instrumento de formação crítica e humanizadora.

Palavras-chaves: Biblioteca escolar. Políticas públicas. Formação integral dos estudantes. Democratização do saber.

RESUMEN

Esta tesis analiza críticamente el papel de la biblioteca escolar en la democratización del conocimiento y la consolidación de políticas públicas para la lectura y la educación. Su objetivo general es comprender cómo la biblioteca escolar contribuye al desarrollo de habilidades cognitivas, interpretativas y reflexivas, así como a la formación de la autonomía intelectual y el repertorio cultural del alumnado, considerando las políticas públicas que rigen su organización y funcionamiento. Para ello, se realizó un análisis de documentos y legislación, con base en las leyes federales n.º 12.244/2010, n.º 13.696/2018 y n.º 14.837/2024, las leyes estatales de Mato Grosso n.º 11.820/2022 y n.º 11.839/2022, y dos documentos educativos de la Secretaría de Estado de Educación de Mato Grosso (SEDUC-MT): Directrices para la Biblioteca Escolar Estatal de Mato Grosso (2023) y Guía Práctica para la Estructura Física de las Bibliotecas (2023). En cuanto a la metodología, se trata de un estudio cualitativo, de naturaleza exploratoria y con un método inductivo, construido a partir de un análisis bibliográfico y documental. El análisis reveló un avance conceptual en las políticas públicas, que evolucionó desde una visión estructural, centrada en la implementación obligatoria, a una concepción formativa y sistémica, centrada en la integración pedagógica y tecnológica de las bibliotecas escolares. Los documentos estatales analizados demuestran el esfuerzo por territorializar estas políticas, traduciendo los principios legales en directrices pedagógicas y operativas, articulando la lectura, la gestión y la infraestructura. Los resultados confirman que la biblioteca escolar, al integrarse en la planificación pedagógica y la cultura escolar, se convierte en un espacio de mediación, convivencia y emancipación intelectual. Se concluye que la lectura es una práctica social y política, y que la biblioteca constituye un núcleo de innovación educativa y resistencia cultural. Por lo tanto, la consolidación de la biblioteca escolar como política pública requiere continuidad administrativa, financiación estable y valorización profesional, para que el derecho a la lectura se materialice como una práctica de ciudadanía y un instrumento de formación crítica y humanizadora.

Palabras clave: Biblioteca escolar. Políticas públicas. Formación integral de los estudiantes. Democratización del conocimiento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
IPL	Instituto Pró-Livro
PMLLLB	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca
PNLE	Política Nacional de Leitura e Escrita
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEDUC-MT	Secretaria de Educação Estadual de Mato Grosso
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
TDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percentual e estimativa populacional de leitores (2007-2024)	50
Figura 2 – O que os usuários gostam de fazer no tempo livre (2007-2024).....	51
Figura 3 – Atividades que os usuários mais realizam na internet (2024)	52
Figura 4 – Utilização de meios de leitura que não sejam livros (2024)	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produções a partir do descritor-base “biblioteca escolar”	29
Quadro 2 – Produções a partir da combinação dos descritores “biblioteca” AND “tecnologias”	35
Quadro 3 – Produções a partir da combinação dos descritores “biblioteca escolar” AND “desenvolvimento do estudante”	41
Quadro 4 – Síntese comparativa das legislações federais.....	70
Quadro 5 – Síntese comparativa das legislações estaduais	74
Quadro 6 – Síntese comparativa dos documentos estaduais	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificando a escolha do tema	16
1.2 Definição das questões de pesquisa	19
1.3 Procedimentos metodológicos	20
1.4 Organização da dissertação	25
 2 ESTADO DO CONHECIMENTO: PANORAMA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR	 27
2.1 Definições de busca e resultados encontrados sobre biblioteca escolar	27
2.2 Produções a partir do descritor-base “biblioteca escolar”	29
2.3 Produções a partir da combinação dos descritores “biblioteca” AND “tecnologias”	35
2.4 Produções a partir da combinação dos descritores “biblioteca escolar” AND “desenvolvimento do estudante”	41
2.5 Apontamentos sobre a produção do Estado do Conhecimento	45
 3 REFERENCIAL TEÓRICO: A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO FORMATIVO E POLÍTICO NA DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER	 47
3.1 Objetivos e funções da biblioteca escolar	47
3.2 Recursos e serviços oferecidos pela biblioteca escolar	54
3.3 A biblioteca escolar como espaço de democratização do saber	60
3.3.1 <i>O papel do professor e do bibliotecário como agentes socializadores do conhecimento e da cultura</i>	63
3.4 A biblioteca escolar como espaço político e de resistência cultural	64
 4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO: A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO POLÍTICA PÚBLICA, ESPAÇO FORMATIVO E DE EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL	 67
4.1 Análise da legislação federal	67
4.1.1 <i>Lei nº 12.244/2010: Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino do País</i>	67
4.1.2 <i>Lei nº 13.696/2018: Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE)</i>	68

4.1.3 <i>Lei nº 14.837/2024: Atualização da Política Nacional de Bibliotecas Escolares</i>	69
4.1.4 <i>Síntese comparativa das legislações federais</i>	70
4.2 <i>Análise da legislação estadual de Mato Grosso</i>	71
4.2.1 <i>Lei nº 11.820/2022: Plano Estadual do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca de Mato Grosso (PELLLB-MT)</i>	71
4.2.2 <i>Lei nº 11.839/2022: Obrigatoriedade de Bibliotecas nas Escolas da Rede Estadual</i>	72
4.2.3 <i>Síntese comparativa das legislações estaduais</i>	73
4.3 <i>Análise documental do estado de Mato Grosso</i>	74
4.3.1 <i>Diretrizes para a Biblioteca Escolar Estadual de Mato Grosso (2023)</i>	74
4.3.2 <i>Guia Prático da Estrutura Física das Bibliotecas – MT (2023)</i>	76
4.3.3 <i>Síntese comparativa dos documentos estaduais</i>	77
4.4 <i>Análise conjunta das leis federais e estaduais e dos documentos orientadores</i> ..	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação integra-se a linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

A proposta de estudo circunscreve-se no âmbito da biblioteca escolar, ao considerar que se constitui como um espaço fundamental à formação integral dos estudantes, pois favorece o desenvolvimento de competências leitoras, interpretativas, reflexivas e investigativas.

A biblioteca escolar desenvolve papel essencial no processo de ensino-aprendizagem, ao favorecer o letramento e o desenvolvimento de competências interpretativas, reflexivas e criativas. Atuando em consonância com o PPP da escola, constitui-se como espaço de apoio ao trabalho docente e de estímulo à leitura, à pesquisa e à produção do conhecimento. Nesse sentido, a biblioteca pode contribuir significativamente para a formação cognitiva e cidadã dos estudantes, configurando-se como ambiente de mediação pedagógica e de construção coletiva do saber.

Dito isso, a biblioteca escolar desempenha uma função fundamental na formação estudantil, contribuindo para o desenvolvimento do hábito e do prazer pela leitura. Portanto, é possível afirmar que as bibliotecas escolares são importantes ferramentas pedagógicas, já que é principalmente nesses locais que o aluno é estimulado, a partir do acesso à leitura, a conquistar autonomia e a aprender a filtrar informações (Santos, 2019).

Portanto, mais do que um local destinado ao acervo de livros, a biblioteca representa um ambiente de mediação pedagógica, cultural e social, onde se consolidam práticas de leitura, pesquisa e produção de conhecimento. Conforme destaca Freire (1996), *a leitura do mundo precede a leitura da palavra*, e é nesse sentido que a biblioteca escolar se torna um espaço privilegiado de formação crítica e de ampliação das possibilidades de compreensão da realidade.

Atualmente, observa-se uma mudança nas formas de leitura e nas práticas culturais, marcadas pela fluidez e pela velocidade típica da modernidade líquida descrita por Bauman (2010). A expansão das tecnologias digitais e o predomínio de conteúdos audiovisuais transformaram o modo como os sujeitos se relacionam com o conhecimento, trazendo novos desafios à escola e à biblioteca. Nesse cenário, a

biblioteca escolar precisa se reinventar, conciliando a tradição do livro impresso com os recursos tecnológicos, de modo a continuar promovendo o gosto pela leitura e a formação crítica dos estudantes.

Dessa forma, o que justifica a existência da biblioteca escolar não é a biblioteca em si, como estrutura organizacional estável que proporciona serviços bibliotecários, mas seu uso como recurso educacional facilitador do desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem e de práticas de leitura. Consequentemente, sua conceituação se dá como agente pedagógico que apoia, de forma contínua, o desenvolvimento do projeto curricular da escola (Roca, 2009).

Ao possibilitar o contato sistemático com diferentes gêneros e suportes textuais, a biblioteca escolar amplia o repertório cultural dos estudantes, estimula a autonomia intelectual e contribui para o exercício da cidadania. Para Silva (2009), a biblioteca escolar deve ser compreendida como um ambiente de aprendizagem, integrado ao PPP da escola, cuja função ultrapassa o simples armazenamento de livros e materiais didáticos, assumindo um papel ativo na promoção da leitura e na formação de leitores.

A biblioteca escolar, historicamente associada ao silêncio e à introspecção, precisa ser ressignificada como um espaço de práticas educacionais ativas, colaborativas e significativas. Mais do que um local de consulta e estudo, deve constituir-se como ambiente de convivência intelectual, de criação e de expressão, aberto às múltiplas linguagens — textuais, imagéticas, corporais e digitais — e conectado às experiências pedagógicas desenvolvidas na escola.

Entretanto, apesar do consenso sobre sua relevância, observa-se que as bibliotecas escolares, especialmente presentes nas escolas públicas brasileiras, ainda enfrentam limitações estruturais e funcionais. Muitas instituições carecem de espaços adequados, de acervos atualizados e de profissionais especializados para a mediação da leitura, o que acaba comprometendo sua efetividade como instrumento pedagógico.

Essas fragilidades revelam lacunas persistentes nas políticas públicas voltadas à consolidação e universalização das bibliotecas escolares, merecendo inicial destaque a promulgação da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que representou um marco importante, ao estabelecer a obrigatoriedade de bibliotecas em todas as instituições de ensino do país. Com isso, a legislação determinou que cada escola deve possuir, no mínimo, um título para cada aluno matriculado (Brasil, 2010).

Contudo, passados quinze anos de sua vigência, constata-se que sua implementação permanece incompleta, sobretudo, nas redes públicas municipais e estaduais.

A atualização normativa trazida pela Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024, que altera a Lei nº 12.244/2010, institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), reafirmando o compromisso do Estado com a universalização e a valorização desses espaços, reconhecendo-os como equipamentos culturais obrigatórios e necessários ao desenvolvimento do processo educativo (Brasil, 2024).

Diante desse contexto, esta pesquisa propõe-se a compreender de que maneira a biblioteca escolar contribui para a promoção da leitura e para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, interpretativas e reflexivas, bem como para a formação da autonomia intelectual e do repertório cultural dos estudantes, considerando as políticas públicas que regem sua organização e funcionamento.

De antemão, pode-se dizer que a biblioteca escolar contribui para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa e de utilização de diferentes fontes de informação, ampliando significativamente o repertório cultural e de conhecimento dos estudantes. Espera-se, com esta pesquisa, evidenciar o papel da biblioteca escolar como contribuição fundamental para a formação de cidadãos críticos e autônomos, capazes de ler o mundo em suas entrelinhas.

1.1 Justificando a escolha do tema

Inicialmente cabe destacar que este estudo está vinculado à linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação, que investiga políticas e processos vinculados à educação em diferentes configurações históricas e sociais. Nessa perspectiva, a linha de pesquisa desenvolve investigações sobre a relação entre Estado, sociedade e políticas educacionais. Analisa os impactos da globalização e do neoliberalismo nas políticas educacionais, a tensão entre o público e o privado e a educação enquanto bem público e direito social. Busca, ainda, compreender os fundamentos epistemológicos e metodológicos das políticas educacionais, especialmente em contextos de democracias delegativas, reafirmando o compromisso com a justiça social, a vida e a sustentabilidade.

Diante disso, o estudo das bibliotecas escolares se relaciona diretamente com a linha de Políticas Públicas e Gestão da Educação, uma vez que a existência, estruturação e funcionamento desses espaços são resultado de políticas educacionais

e culturais formuladas pelo Estado. Investigar a biblioteca escolar significa analisar como as políticas públicas de leitura, escrita e informação são implementadas na prática escolar, avaliando seus impactos na gestão, na equidade de acesso e na formação cidadã.

O tema dialoga com os fundamentos da linha ao abordar as relações entre Estado, sociedade e educação, especialmente no que se refere à efetivação do direito à educação como bem público. Assim, compreender o papel da biblioteca escolar é também compreender a dimensão política da gestão educacional, as tensões entre o discurso normativo e a realidade institucional, e os desafios de se consolidar políticas educacionais comprometidas com a justiça social e a democratização do saber.

Do ponto de vista social, a pesquisa fortalece a compreensão da biblioteca escolar como instrumento de equidade e inclusão, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a valorização da escola pública como espaço de produção de conhecimento e cidadania.

No âmbito econômico, o estudo aponta que o investimento em bibliotecas escolares e na formação de mediadores de leitura gera retorno social indireto, ao impactar positivamente os índices de alfabetização, desempenho escolar e permanência estudantil, reduzindo custos decorrentes da evasão e do fracasso escolar.

Em termos culturais, o trabalho contribui para a consolidação de uma cultura leitora democrática e plural, valorizando a literatura como direito humano e promovendo o diálogo entre os saberes locais e o conhecimento científico. A biblioteca escolar, nesse sentido, é compreendida como lugar de memória, convivência e resistência, essencial à formação de leitores críticos e conscientes de seu papel social.

Assim, o estudo justifica-se pela relevância de investigar a biblioteca escolar não apenas como componente pedagógico, mas como política de direito e de justiça cognitiva (Sousa Santos, 2018), reafirmando a educação como prática de liberdade e a leitura como fundamento da democracia.

Outro importante ponto que justifica este estudo está relacionado aos resultados da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro (IPL, 2024a), que evidencia um cenário preocupante: a prática da leitura entre os brasileiros têm diminuído à medida que aumenta o tempo dedicado ao uso de dispositivos eletrônicos e às mídias digitais. Essa tendência reforça a urgência de

reafirmar o papel da biblioteca escolar como espaço estruturante da cultura leitora, especialmente diante das transformações tecnológicas e das novas formas de consumo da informação.

Mais do que um local de acesso a livros, a biblioteca constitui-se como ambiente de formação crítica, socialização e resistência cultural, capaz de promover o encontro entre leitura, reflexão e cidadania. Assim, os dados apresentados pelo IPL (2024a) justificam a necessidade de valorização e fortalecimento das bibliotecas escolares nas políticas públicas de educação, garantindo que a leitura permaneça como prática emancipadora e formadora, mesmo em tempos de hegemonia digital.

A partir dos argumentos apresentados, a justificativa para o desenvolvimento desta investigação assenta-se em três dimensões interdependentes — *pedagógica, política e social* — que, em conjunto, evidenciam a relevância teórica e prática do estudo.

Sob o *enfoque pedagógico*, destaca-se a biblioteca escolar como espaço de mediação cultural e de formação leitora, indispensável ao desenvolvimento da criticidade, da criatividade e da autonomia intelectual dos estudantes. Conforme defendem Soares (2003; 2006) e Coelho (2010), a leitura é um ato de emancipação cognitiva e social, que possibilita ao sujeito interpretar e transformar o mundo que o cerca. Assim, a biblioteca transcende a função de acervo, configurando-se como ambiente pedagógico que articula currículo, cultura e formação humana integral, concepção que converge com Arroyo (2011), ao compreender os espaços educativos como territórios de pertencimento, produção de sentido e resistência.

Na *dimensão política*, a justificativa encontra fundamento na necessidade de examinar a efetividade das políticas públicas voltadas à universalização e qualificação das bibliotecas escolares no Brasil. A Lei nº 12.244/2010 estabelece a obrigatoriedade de que todas as instituições de ensino do país (públicas e privadas) possuam biblioteca com acervo mínimo de um título por aluno matriculado, e prazo de implementação de até dez anos. Entretanto, desde sua promulgação, o cumprimento integral da lei ainda não foi consolidado, revelando a distância entre a legislação e a realidade educacional. Já a Lei nº 14.837/2024 reafirma e amplia esse compromisso, alterando a Lei nº 12.244/2010 e modificando a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Também ressalta-se a Lei nº 13.696/2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) como política de Estado, com foco na democratização do acesso ao livro, na valorização das

bibliotecas públicas e escolares e na formação de leitores críticos. A análise dessas legislações torna-se imprescindível para compreender como as políticas educacionais se articulam (ou deixam de se articular) na consolidação de uma cultura leitora, na valorização da biblioteca enquanto espaço de aprendizagem e no fortalecimento da educação como direito social.

Sob a *perspectiva social e cidadã*, a pesquisa justifica-se por reconhecer a biblioteca escolar como espaço democrático de convivência, acesso à informação e exercício da cidadania. Para Freire (2005), *ler é um ato político e libertador*, que possibilita a conscientização e o engajamento crítico dos sujeitos na transformação da realidade. Nessa linha, Chartier (2002) salienta que as práticas de leitura são historicamente situadas e refletem condições sociais, culturais e econômicas específicas, tornando a biblioteca um campo estratégico para a democratização do saber. Assim, ao investigar o papel da biblioteca escolar no contexto contemporâneo, busca-se reafirmar sua função social como instrumento de inclusão, de redução das desigualdades educacionais e de promoção da justiça social.

Em síntese, a não concretização integral das metas estabelecidas pela Lei nº 12.244/2010, e a necessidade de reafirmação dessas diretrizes pela Lei nº 14.837/2024, revelam as contradições presentes nas políticas de leitura e de educação no Brasil. Há um descompasso entre o discurso normativo da universalização do acesso à leitura e as condições efetivas de implementação nas redes de ensino. Essa lacuna evidencia a urgência de estudos que problematizem a distância entre o previsto em lei e o vivido nas escolas, contribuindo para o fortalecimento das bibliotecas como espaços estratégicos de garantia do direito à educação e à cultura.

1.2 Definição das questões de pesquisa

Em meio a esse cenário de transformações, surge a necessidade de compreender como a biblioteca escolar pode reafirmar sua função pedagógica e formativa, em um contexto de profundas mudanças culturais e tecnológicas. Essa reflexão conduz ao **problema de pesquisa** deste estudo, que questiona: Em que medida as políticas públicas voltadas às bibliotecas escolares têm possibilitado que esses espaços cumpram seu papel educativo e formativo, contribuindo para a promoção da leitura, da pesquisa e do desenvolvimento integral dos estudantes?

Dessa forma, o trabalho tem como **objetivo geral**: Compreender de que maneira a biblioteca escolar contribui para a promoção da leitura e para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, interpretativas e reflexivas, bem como para a formação da autonomia intelectual e do repertório cultural dos estudantes, considerando as políticas públicas que regem sua organização e funcionamento.

Para cumprir com o objetivo geral, elegeu-se três **objetivos específicos**: a) Investigar a função pedagógica e formativa da biblioteca escolar, com base em referenciais teóricos que discutem a leitura, o letramento e o papel do professor/mediador no processo de ensino-aprendizagem; b) Analisar as políticas públicas nacionais e estaduais que orientam a organização e o funcionamento das bibliotecas escolares, identificando seus princípios, metas e desafios de implementação; e c) Examinar as contribuições e implicações das políticas públicas para a consolidação da biblioteca escolar como espaço pedagógico, cultural e formativo, destacando seus impactos na formação dos estudantes e nas práticas de leitura na escola.

1.3 Procedimentos metodológicos

Esta investigação é de natureza qualitativa, com caráter exploratório e método indutivo, fundamentando-se em procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A coleta de dados compreende a análise de múltiplas fontes de informação, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos educacionais, que permitem contextualizar e interpretar o objeto de estudo. O levantamento dessas fontes foi realizado em bibliotecas físicas e digitais, bem como em plataformas *online* especializadas e bases de dados acadêmicas, assegurando o rigor e a abrangência da investigação.

Com isso, esta pesquisa fundamenta-se em um amplo conjunto documental, cuja análise crítica possibilita delinear um panorama abrangente acerca da biblioteca escolar como espaço formativo e pedagógico. Tal perspectiva permite compreender de que modo as políticas públicas e os marcos legais orientam sua estrutura, funcionamento e inserção no contexto educacional, destacando o papel da biblioteca na promoção da leitura, na ampliação do repertório cultural e na formação integral dos estudantes.

Dito isso, sabendo-se que a pesquisa científica é essencial para o desenvolvimento de um pensamento contextualizado e analítico, por meio de informações e dados precisos e verificáveis, em relação ao objeto de pesquisa, este estudo constitui-se como atividade essencial da ciência, em seu esforço de questionar e compreender a realidade.

É a pesquisa científica que sustenta e renova o processo de ensino, permitindo sua constante atualização diante das transformações do mundo. Assim, ainda que se configure como uma prática de natureza teórica, a pesquisa estabelece uma relação indissociável entre reflexão e ação (Minayo, 2010).

Em complemento, a pesquisa de natureza qualitativa caracteriza-se pela ênfase na compreensão da realidade social, a partir da perspectiva dos sujeitos e dos significados atribuídos às suas ações e experiências. Diferentemente das abordagens quantitativas, não busca a mensuração de variáveis, mas a apreensão da complexidade dos fenômenos em seus contextos naturais, considerando dimensões simbólicas, culturais e subjetivas (Gil, 2008).

Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa visa aprofundar o entendimento de processos e relações sociais, privilegiando a interpretação. Minayo (2010) acrescenta que a abordagem qualitativa reconhece a inseparabilidade entre sujeito e objeto no processo de produção do conhecimento, valorizando a interação e a construção compartilhada de sentidos.

Esta investigação também assume caráter exploratório, uma vez que busca identificar e delimitar questões ainda pouco examinadas, favorecendo a formulação de hipóteses e a ampliação da compreensão acerca do objeto de estudo. Esse tipo de abordagem permite maior flexibilidade e abertura no processo investigativo, possibilitando o surgimento de novas perspectivas teóricas e empíricas.

Conforme adverte Gil (2008, p. 27),

as pesquisas exploratórias têm por objetivo principal o desenvolvimento, o esclarecimento e a reformulação de conceitos e ideias, com vistas à definição de problemas mais precisos ou de hipóteses passíveis de verificação em estudos futuros. Entre os diferentes delineamentos metodológicos, esse é o que apresenta menor rigidez no planejamento, geralmente envolvendo levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não estruturadas e estudos de caso.

Destaca-se, ainda, a adoção do método indutivo, uma vez que este se caracteriza por partir de observações particulares para a formulação de

generalizações, sustentando o processo investigativo em evidências concretas. Essa abordagem possibilita a análise aprofundada de contextos específicos e de suas singularidades, permitindo que novas observações conduzam à construção de hipóteses sucessivas e fundamentadas, em oposição a perspectivas de caráter meramente especulativo (Gil, 2008).

Conforme destaca Gil (2008), o método indutivo teve papel decisivo na consolidação das Ciências Sociais, ao promover o abandono de posturas especulativas e incentivar o emprego da observação como via necessária à produção do conhecimento científico. A partir dessa orientação metodológica, desenvolveram-se técnicas sistematizadas de coleta de dados e instrumentos voltados à mensuração dos fenômenos sociais.

Nesta pesquisa, realizou-se, em um primeiro momento, a **pesquisa bibliográfica**, com a finalidade de consolidar a base teórica do estudo, conferindo-lhe maior consistência. Esse procedimento visa sustentar a construção de argumentos alinhados aos objetivos da investigação, que incluem a compreensão do contexto histórico e social em que se insere o objeto de estudo, favorecendo a obtenção de achados relevantes para a área de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica contemplou obras de referenciais que discutem a educação, a leitura, a cultura e o papel da biblioteca escolar sob múltiplas perspectivas. Dentre eles, destaca-se:

a) Miguel Arroyo (2011; 2013), que contribui com a compreensão da escola como espaço de direitos e de humanização, destacando o papel das políticas públicas na garantia de uma educação integral e emancipadora;

b) Zygmunt Bauman (2010; 2013; 2018), que oferece a leitura crítica da modernidade líquida, cujas transformações culturais e tecnológicas impõem novos desafios à formação leitora e às práticas educativas;

c) Bernadete Campello (2011), que fundamenta a discussão sobre a biblioteca escolar como ambiente de aprendizagem e mediação da informação, ressaltando a importância do bibliotecário como agente pedagógico;

d) Bernard Charlot (2000), que aprofunda o conceito de “relação com o saber”, essencial para compreender a construção do conhecimento e o sentido que o estudante atribui à aprendizagem;

e) Roger Chartier (2002), que discute as práticas de leitura e de apropriação do texto, iluminando os modos como o leitor se constitui historicamente na relação com o livro e com os dispositivos de leitura;

f) Nelly Coelho (2010), que aborda a literatura infantojuvenil como instrumento de formação estética e ética, articulando a leitura literária ao desenvolvimento humano e à sensibilidade crítica;

g) Armindo Ferreira (2012), que contribui com reflexões sobre a leitura como prática simbólica e social, enfatizando sua dimensão afetiva e cultural;

h) Eliane Fioravante (2017), que discute a biblioteca escolar como espaço de pertencimento, refúgio e resistência cultural, destacando a importância da mediação afetiva;

i) Paulo Freire (1996; 2005), que sustenta a leitura como ato político e libertador, central na formação de sujeitos críticos e autônomos;

j) Magda Soares (2003; 2006; 2016), que oferece os fundamentos do letramento como prática social e processual, que ultrapassa a alfabetização técnica e envolve o uso significativo da linguagem na vida cotidiana.

Em um segundo momento, passou-se à **pesquisa documental**, com a análise das informações e dos dados coletados, com a finalidade de subsidiar a interpretação do fenômeno investigado, oferecendo evidências concretas que possibilitam compreender sua evolução, características e implicações no contexto social e institucional em que se insere.

As fontes documentais analisadas foram as legislações federal e estadual de Mato Grosso¹, compreendidas pelas seguintes leis:

a) Lei federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país;

b) Lei federal nº 14.837, de 8 de abril de 2024, que altera a Lei nº 12.244/2010 e modifica a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE);

c) Lei federal nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE);

¹ Justifica-se que a pesquisa considerou legislação e documentos educacionais do estado de Mato Grosso, em virtude de ser o estado de residência do pesquisador, bem como de sua atuação profissional.

d) Lei estadual nº 11.820, de 28 de junho de 2022, que institui o Plano Estadual do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca de Mato Grosso (PELLLB-MT);

e) Lei estadual nº 11.839, de 25 de julho de 2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de bibliotecas nas instituições de ensino da rede pública estadual.

Além da legislação, o estudo também compreendeu a análise de documentos educacionais relacionados à biblioteca escolar, sendo eles:

a) Diretrizes para a Biblioteca Escolar Estadual de MT (2023);

b) Guia Prático da Estrutura Física das Bibliotecas – MT (2023).

A partir das pesquisas bibliográfica e documental, adotou-se a **análise documental** como procedimento metodológico. Essa técnica, conforme explica Gil (2008), consiste no exame sistemático e crítico de materiais escritos (de caráter oficial, institucional ou administrativo), com o propósito de extrair informações pertinentes à compreensão do objeto de estudo. Essa abordagem permite identificar, organizar e interpretar dados presentes em documentos como leis, diretrizes, relatórios, planos e registros institucionais, possibilitando compreender o fenômeno investigado em seu contexto histórico, político e social.

Em complemento, Cellard (2008) refere que, a análise documental é um procedimento rigoroso que envolve a leitura crítica e contextualizada de documentos, permitindo compreender o significado das informações neles contidas, bem como o contexto histórico e institucional de sua produção.

Diante disso, as fontes consultadas tiveram o propósito de compreender o contexto da biblioteca escolar, e como ela contribui para a promoção da leitura e para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, interpretativas e reflexivas, bem como para a formação da autonomia intelectual e do repertório cultural dos estudantes, considerando as políticas públicas que regem sua organização e funcionamento, buscando responder ao objetivo geral e ao problema de pesquisa.

Em resumo, este estudo se insere no campo das pesquisas qualitativas, exploratórias e indutivas, fundamentadas em procedimentos bibliográficos e documentais, com foco na análise crítica de legislações, políticas públicas, documentos educacionais e produções científicas que abordam a temática da biblioteca escolar.

O percurso metodológico delineado sustenta a coerência da pesquisa e assegura o rigor necessário à análise documental proposta. Ao articular os

procedimentos metodológicos adotados e o mapeamento de produções acadêmicas sobre o tema, sistematizado a partir da construção do Estado do Conhecimento, disposto a seguir, estabelece-se a base de legitimidade científica sobre a qual se apoia esta investigação.

1.4 Organização da dissertação

Esta dissertação organiza-se em três capítulos:

O primeiro capítulo apresenta o **Estado do Conhecimento**, sistematizando o levantamento das produções científicas que abordam a temática da biblioteca escolar e das políticas públicas de leitura, com o objetivo de identificar tendências teóricas, lacunas e contribuições existentes na literatura.

O segundo capítulo corresponde ao **Referencial Teórico**, no qual são discutidos os conceitos e fundamentos que sustentam a análise, com ênfase na função pedagógica, cultural e formativa da biblioteca escolar, no papel do professor/mediador de leitura e nas contribuições de autores que problematizam a leitura e o letramento na escola.

O terceiro capítulo dedica-se à **Análise de Documentos e Legislação das Políticas Públicas** voltadas às bibliotecas escolares, abordando a trajetória histórica, os marcos legais e normativos (legislação federal, estadual de Mato Grosso e documentos educacionais relacionados à biblioteca escolar) e suas implicações para a formação dos estudantes e o fortalecimento das práticas de leitura. Nesse capítulo, articulou-se os normativos às concepções teóricas discutidas nos capítulos anteriores, de modo a evidenciar os avanços, os limites e os desafios da efetivação das políticas públicas na realidade educacional brasileira.

Com isso, cada capítulo foi elaborado de modo a atender, de forma articulada, aos objetivos específicos desta pesquisa, ou seja:

O capítulo 1, ao sistematizar o **Estado do Conhecimento**, alinha-se ao objetivo de investigar a função pedagógica e formativa da biblioteca escolar, delineando o campo conceitual e os fundamentos que orientam o estudo;

O capítulo 2, correspondente ao **Referencial Teórico**, aprofunda essa discussão ao reunir os principais autores e abordagens sobre leitura, mediação e formação do leitor, preparando o terreno para a análise documental;

O capítulo 3, ao desenvolver a **Análise de Documentos e Legislação das Políticas Públicas**, responde aos objetivos de analisar as políticas públicas voltadas às bibliotecas escolares e de examinar suas contribuições e implicações para a consolidação da biblioteca como espaço pedagógico e formativo, articulando os aspectos teóricos e normativos à realidade educacional brasileira.

Por fim, as considerações finais apresentam uma síntese das discussões desenvolvidas, destacando as principais contribuições da pesquisa e apontando perspectivas para novas investigações e políticas educacionais voltadas à valorização da biblioteca escolar.

2 ESTADO DO CONHECIMENTO: PANORAMA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE BIBLIOTECA ESCOLAR

Este capítulo apresenta a construção do Estado do Conhecimento, a partir do levantamento e sistematização das produções acadêmicas dispostas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que abordam o papel da biblioteca escolar e as políticas públicas a ela relacionadas, com o objetivo de identificar tendências teóricas, lacunas e contribuições relevantes para o campo educacional.

De acordo com Kohls-Santos e Morosini (2021), o Estado do Conhecimento constitui-se como uma estratégia que permite ampliar a compreensão sobre determinado tema de pesquisa, ao possibilitar a identificação de abordagens ainda pouco exploradas e de perspectivas inovadoras para o desenvolvimento de novos estudos. Esse procedimento contribui para mapear o campo de uma área específica do saber, oferecendo subsídios à definição de objetivos e à delimitação de temáticas emergentes no âmbito científico.

Apresenta-se, a seguir, os resultados gerais e refinados, encontrados a partir da análise das produções localizadas pelos descritores selecionados no recorte temporal estabelecido, indicando a contribuição de cada tese e dissertação para o estudo da temática. Por conseguinte, esse processo contribuiu para a definição mais clara e precisa dos objetivos da pesquisa, diante daquilo que já foi produzido sobre o tema e de que forma este estudo poderia ser um contributo para essa área de interesse.

2.1 Definições de busca e resultados encontrados sobre biblioteca escolar

Essa análise permite compreender como o tema da biblioteca escolar vem sendo discutido pela comunidade acadêmica e em que medida as pesquisas produzidas contribuem para a consolidação da biblioteca escolar como espaço pedagógico, cultural e formativo no contexto das políticas públicas brasileiras.

Realizou-se um levantamento e sistematização das principais produções acadêmicas que tratam dessa temática, buscando identificar as abordagens predominantes, os referenciais teóricos mais utilizados, as lacunas existentes e as contribuições relevantes para o campo educacional.

Segundo Gil (2008), uma das etapas mais importantes no planejamento de pesquisas acadêmicas é constituída pela revisão da literatura, neste caso, do tipo Estado do Conhecimento, que pode ser definida como um relato acerca do que foi publicado em relação ao tema que está sendo pesquisado. Com isso, esta pesquisa tem o intuito de reunir trabalhos que se relacionem com a temática da biblioteca escolar e sua contribuição para o desenvolvimento do aprendizado e da formação estudantil.

O estudo utilizou como fonte de dados o repositório da CAPES, a partir do Catálogo de Teses e Dissertações, empregando os seguintes descritores: “biblioteca escolar”, “biblioteca” AND “tecnologias” e “biblioteca escolar” AND “desenvolvimento do estudante”.

No total, foram identificados 6.769 trabalhos relacionados ao descritor-base “biblioteca escolar”, sendo 4.946 dissertações de mestrado e 1.823 teses de doutorado. Com a aplicação do filtro relacionado ao recorte temporal, estabelecido no período dos últimos 10 anos, compreendidos entre 2015 e 2024, chegou-se ao número de 260 trabalhos acadêmicos.

A partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, considerou-se que boa parte das produções não apresentava relação direta com o tema biblioteca escolar. Além disso, parte dos trabalhos não estava disponível para consulta, o que resultou em um número mais afunilado para análise, buscando atender mais adequadamente ao propósito da pesquisa.

O mesmo ocorreu com a pesquisa a partir dos outros descritores, a exemplo da combinação entre “biblioteca” AND “tecnologias”, em que foram encontrados 41.197 trabalhos, sendo 29.139 dissertações e 12.058 teses. Após a triagem, chegou-se a 460 produções, das quais, muitas não se relacionavam diretamente ao tema voltado à biblioteca escolar, e um número expressivo correspondia a trabalhos anteriores à inserção na Plataforma Sucupira.

Já para a combinação de descritores “biblioteca escolar” AND “desenvolvimento do estudante”, identificaram-se 1.930 trabalhos, dos quais 1.339 eram dissertações e 591 teses. No processo de triagem, foram selecionados 19 trabalhos, que pela análise de título, resumo e palavras-chave foram considerados mais adequados a atender aos objetivos da pesquisa, estando diretamente relacionados à temática proposta. Foram priorizados os trabalhos que abordavam de forma explícita a importância da biblioteca escolar para o desenvolvimento estudantil.

A partir da leitura dessas produções, destacou-se objetivos, metodologias e resultados, elaborando-se, ao final de cada análise, considerações interpretativas sobre as contribuições e limitações de cada estudo. Os resultados foram sistematizados nos quadros apresentados a seguir, que sintetizam o panorama da produção científica mais recente relacionada ao tema de pesquisa.

2.2 Produções a partir do descritor-base “biblioteca escolar”

Para o descritor-base “biblioteca escolar”, selecionou-se sete trabalhos, considerados diretamente relacionados ao tema, produzidos entre os anos de 2015 e 2022, sendo quatro dissertações e três teses.

Quadro 1 – Produções a partir do descritor-base “biblioteca escolar”

ANO	TIPO	AUTOR	TÍTULO
2015	Dissertação	ESTELA, Flor de Maria Silvestre	A biblioteca escolar nos projetos de leitura nas escolas que obtiveram os melhores resultados do ENEM
2020	Dissertação	CARDOSO, Juçara dos Santos	Bibliotecas escolares: uma cartografia
2019	Tese	ALMEIDA, Nubia Regia de	Desdobramentos das políticas públicas para as bibliotecas escolares em escolas do município de Araguaína/TO
2018	Tese	PAIVA, Raquel Miranda Vilela	A biblioteca escolar e os nativos digitais
2019	Dissertação	SOUZA, Solange da Silva	A importância da biblioteca escolar na formação de leitores
2019	Dissertação	TRINDADE, Thais Lima	A biblioteca escolar como agente transformador da sociedade: uma perspectiva ecossistêmica
2022	Tese	ALVES, Rosimar Pires	O Estado da Arte sobre biblioteca escolar: análise bibliométrica da produção científica em teses e dissertações (2013-2019)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira pesquisa, de Estela (2015), intitulada “A biblioteca escolar nos projetos de leitura nas escolas que obtiveram os melhores resultados do ENEM”, analisou seis escolas (três públicas e três privadas), descrevendo suas propostas pedagógicas, estruturas físicas e os serviços de suas bibliotecas. O estudo, de natureza quali-quantitativa, buscou identificar os projetos de leitura existentes, sua contribuição para as competências leitoras e a relação entre professores e bibliotecários nesses projetos.

Os resultados indicam que, embora os projetos de leitura ligados às disciplinas geralmente ocorram sem a participação das bibliotecas, os professores reconhecem

a contribuição delas para o sucesso no ENEM, por meio da oferta de informação organizada, horários acessíveis e recursos humanos adequados.

O estudo de Estela (2015) demonstra a importância da biblioteca escolar no auxílio aos professores em suas estratégias de ensino, já que, uma vez que a escola possua uma biblioteca organizada, com um bom acervo de livros e equipamentos, esse fator pode fazer toda a diferença no momento de preparação dos estudantes para o ENEM e vestibulares.

O segundo estudo selecionado, de Cardoso (2020), “Bibliotecas escolares: uma cartografia”, buscou mapear as bibliotecas da rede estadual de Santarém, verificando sua inserção nesse ideal e analisando suas possibilidades e dificuldades em contribuir para a formação intelectual dos estudantes. A metodologia empregada envolveu revisão bibliográfica sobre temas como leitura e formação omnilateral, além de visitas às escolas para levantamento de acervo, registro fotográfico e conversas com os responsáveis pelas bibliotecas. Dos 30 colégios, 25 possuem espaço para biblioteca, mas as condições variam: cinco são boas, doze razoáveis, sete precárias e uma inutilizável (Cardoso, 2020).

Conforme apurou a pesquisadora, todas as bibliotecas têm acervos razoáveis e recebem materiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e a maioria (exceto quatro) foi beneficiada com acervo e mobiliário pelo projeto Alvorada, do Governo Federal, em 2001. Quanto ao funcionamento, 14 bibliotecas contam com profissionais em diferentes turnos, mas apenas duas cobrem os três períodos. Observou-se que, na maioria, que a dinâmica se resume à empréstimos e devoluções, sem outras possibilidades.

Segundo Cardoso (2020), a conclusão a que se chegou sugere que, apesar da consciência sobre o potencial formativo das bibliotecas e da existência de espaços e acervos razoáveis, a falta de fiscalização, valorização e profissionais qualificados compromete sua funcionalidade e valor, limitando o aprendizado dos estudantes. A valorização da biblioteca escolar, portanto, é essencial para se construir uma perspectiva positiva sobre a qualidade de ensino.

O terceiro trabalho, realizado por Almeida (2019), intitulado “Desdobramentos das políticas públicas para as bibliotecas escolares em escolas do município de Araguaína/TO”, analisou a aplicação de políticas públicas para bibliotecas escolares nas esferas federal, estadual e municipal, com foco em três escolas (uma de cada rede). A pesquisa teve como finalidade identificar e descrever tais políticas, seu

funcionamento prático nas bibliotecas e o cumprimento de sua função pedagógica na formação de leitores.

A metodologia utilizada se baseou em um estudo de caso qualitativo, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental (planos de trabalho, Projetos Políticos Pedagógicos, relatórios, registros de acervo e empréstimos) e observações de campo, realizadas no segundo semestre de 2016. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelas bibliotecas, professores e gestores das secretarias de ensino. Os dados foram analisados a partir das políticas existentes e de estudos teóricos.

Segundo Almeida (2019), embora o Brasil tenha avançado na legislação para bibliotecas escolares desde os anos 1990, sua aplicação ainda é deficiente. No caso de Araguaína, 97,46% das escolas municipais e 29,32% das estaduais não possuem bibliotecas. Além disso, é muito pequeno o investimento na formação de mediadores de leitura. Consequentemente, mesmo nas escolas com bibliotecas, a efetividade das políticas para a formação de leitores é baixa, não concretizando o potencial da biblioteca como espaço fundamental para o letramento e a autonomia do aprendizado. Assim, a dificuldade em cumprir a legislação se mostra como um grande entrave para desenvolvimento da educação no país logo que a biblioteca desempenha um importante papel na formação leitora.

A quarta pesquisa, desenvolvida por Paiva (2018), denominada “A biblioteca escolar e os nativos digitais”, mostra que embora dados do Censo Escolar indiquem melhorias na situação das bibliotecas escolares, elas ainda não estão presentes em todas as escolas brasileiras. Os debates sobre as bibliotecas escolares começaram na década de 1970, mas muitos temas permanecem mais no campo teórico do que no prático. A literatura sobre o assunto, apesar de nem sempre refletir a existência dessas bibliotecas, sempre ressalta sua importância.

Essa tese parte do pressuposto de que o papel da biblioteca escolar vai além da formação tradicional de leitores. De acordo com a autora, a função pedagógica da biblioteca escolar é um tema que necessita de mais discussão para ser plenamente assumido pelos profissionais que atuam nesse espaço, reflexões que são abordadas nos estudos sobre letramento informacional. Segundo Paiva (2018), os bibliotecários escolares, além de seu papel como educadores, precisam adequar suas ações aos estudantes que atendem.

Diante da necessidade de as bibliotecas escolares assumirem sua função pedagógica e se prepararem para lidar com os jovens nativos digitais, o projeto considera fundamental compreender esse novo público, imerso na Sociedade da Informação e na tecnologia. Para uma atuação mais eficaz, é crucial entender como esses estudantes pensam e interagem com a biblioteca e com as informações (Paiva, 2018).

A pesquisa investigou o que os estudantes atuais, nativos digitais, pensam sobre a contribuição da biblioteca escolar e do bibliotecário em sua formação. A fundamentação teórica da pesquisa abrange: a biblioteca escolar e sua atuação no Brasil; o letramento informacional e o papel educativo da biblioteca escolar; a formação e atuação do bibliotecário no contexto escolar; e os nativos digitais.

A metodologia utilizada foi a pesquisa etnográfica, com coleta de dados por meio de notas e diários de campo, além de gravações. O trabalho foi realizado em três escolas (uma pública e duas privadas) que apresentavam realidades distintas de biblioteca e diferentes abordagens de ensino. A pesquisa revelou que os alunos nativos digitais possuem características próprias, e diante dessas características, conclui que, além de modificar o espaço físico da biblioteca escolar, é essencial mudar a postura do bibliotecário que atua nesse ambiente (Paiva, 2018).

Isso porque, a presença do bibliotecário é indispensável no auxílio das atividades e, com a inserção das tecnologias, essa função ganhou novas atribuições, sendo necessário e fundamental que os profissionais que atuam nessa área estejam preparados para essa nova realidade, que exige mais dos conhecimentos em informática.

O quinto trabalho selecionado, de Souza (2019), denominado “A importância da biblioteca escolar na formação de leitores”, investigou como professores da rede municipal de Belém, em parceria com uma biblioteca escolar, mediam a leitura literária. O foco foi compreender a relação entre as práticas pedagógicas e a cultura leitora dos alunos, analisando as concepções dos docentes sobre leitura, literatura, bibliotecas, livros e leitores.

A metodologia qualitativa adotada incluiu pesquisa bibliográfica, descritiva e explicativa. O estudo envolveu professores que atuam tanto na biblioteca quanto em sala de aula, em uma escola municipal de ensino fundamental. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e de entrevistas com os professores, seguida da análise de conteúdo dos dados.

A pesquisa ressalta que a biblioteca escolar é um espaço imprescindível para a formação de leitores, pois apesar de existirem outros espaços (como bibliotecas públicas, por exemplo), é na escola que o estudante dá seus primeiros passos no mundo da leitura. Portanto, se faz necessário que os educadores a incluam em suas práticas regularmente, concluindo que “[...] para a leitura ser desenvolvida enquanto prática social necessita de lugares ou instituições que viabilizem o encontro dos leitores com os livros” (Souza, 2019).

O sexto estudo, de Trindade (2019), intitulado “A biblioteca escolar como agente transformador da sociedade: uma perspectiva ecossistêmica”, está direcionado ao universo das bibliotecas escolares, analisando sua atuação tanto dentro da escola quanto em sua conexão com a comunidade. A pesquisa buscou demonstrar como a aplicação dos ecossistemas comunicacionais podem otimizar o trabalho das bibliotecas que atendem alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, tanto em instituições públicas quanto privadas.

A investigação foi pautada pela teoria sistêmica, direcionada para os ecossistemas comunicacionais presentes no ambiente escolar e nas bibliotecas. Para isso, a pesquisadora realizou uma busca, análise e descrição de referenciais teóricos e outras fontes relevantes. O trabalho também oferece um panorama histórico das bibliotecas escolares no Brasil, apresentando ações e leis que sustentam sua presença e funcionalidade.

A pesquisa de Trindade (2019) conclui que os resultados são promissores: ao adotar uma abordagem sistêmica, a biblioteca escolar se revela uma ferramenta poderosa, capaz de cumprir seu papel social de forma efetiva, promovendo o desenvolvimento, apoiando o ensino e servindo como um dinâmico centro de informação e comunicação para a comunidade.

A perspectiva dos ecossistemas comunicacionais possibilita à biblioteca escolar uma visão de espaço de diálogo entre as inteligências, até então individualizadas, que encontram nesse lugar uma oportunidade de socialização de conhecimentos.

Por fim, a sétima pesquisa, tese de Alves (2022), intitulada “O Estado da Arte sobre biblioteca escolar: análise bibliométrica da produção científica em teses e dissertações (2013-2019)”, teve como objetivo investigar o panorama atual das bibliotecas escolares, destacando as contribuições cruciais da Ciência da Informação/Biblioteconomia e da Educação. O estudo focou em uma investigação

sobre o estado da arte, utilizando métodos bibliométricos. O estudo fez a análise de teses e dissertações defendidas em Instituições de Ensino Superior brasileiras entre 2013 e 2019. As pesquisas foram coletadas nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) e do Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

De acordo com o autor, após aplicar a expressão de busca “biblioteca escolar” e refinar os resultados com critérios de exclusão, chegou-se a um número de 160 teses e dissertações. Os dados foram organizados em planilhas para a produção de indicadores, que subsidiaram as análises bibliométricas, de citação e de conteúdo.

As análises revelaram um mapeamento da produção científica e identificaram tendências e categorias temáticas relevantes para o Estado da Arte das bibliotecas escolares, observando-se uma interface significativa entre as áreas da Educação e da Ciência da Informação/Biblioteconomia. No entanto, a literatura citada indicou uma maior contribuição da área das Ciências Sociais Aplicadas nas teses e dissertações, produzidas predominantemente em Programas de Pós-Graduação em Educação. (Alves, 2022).

Em relação ao conteúdo temático, a categoria “leitura, mediação e formação de leitores” se destacou, apresentando um índice maior que as demais. Segundo o pesquisador, isso sugere um grande interesse dos pesquisadores nessa área e, ao mesmo tempo, aponta para uma problematização contínua entre a leitura e o papel da biblioteca escolar. A pesquisa concluiu que quando bem implementada, a biblioteca escolar desempenha um papel preponderante no ensino e na aprendizagem, especialmente quando as atividades de leitura são conduzidas por mediadores qualificados, como professores e bibliotecários (Alves, 2022).

Esse estudo reforça a necessidade de valorização e investimento na educação para que se obtenha os resultados esperados, no sentido de se oferecer um ensino de qualidade. Cabe ressaltar que isso só pode ser alcançado a partir da qualificação dos profissionais, assim como da instalação de equipamentos e acervo satisfatório nas bibliotecas. As pesquisas sobre essa temática contribuem para as reflexões e viabilização de políticas públicas que beneficiam as bibliotecas.

2.3 Produções a partir da combinação dos descritores “biblioteca” AND “tecnologias”

Para a combinação dos descritores “biblioteca” AND “tecnologias”, selecionou-se seis trabalhos relacionados ao tema, produzidos entre os anos de 2016 e 2023, sendo três dissertações e três teses.

Quadro 2 – Produções a partir da combinação dos descritores “biblioteca” AND “tecnologias”

ANO	TIPO	AUTOR	TÍTULO
2019	Dissertação	LIMA, francisco Alexandre Maciel de	Jogos educativos digitais e leitura para alunos do ensino médio: a contribuição da motivação e da jogabilidade
2022	Dissertação	SILVA, Wellington Santos	Plano Nacional do Livro, Leitura e Biblioteca: estudo de caso da cidade de Jardinópolis, região metropolitana de Ribeirão Preto, estado de São Paulo
2019	Tese	PEREIRA, Rodrigo	Biblioteca escolar sul-mato-grossense: cenários e perspectivas
2016	Dissertação	PINNA, Gisele Camargo Monteiro	A biblioteca escolar na formação de competências em informação: contribuições perspectivas em bibliotecas do Colégio Pedro II
2023	Tese	CRISPIM, Adriana Callegari	As tecnologias nas bibliotecas escolares: um olhar para a competência tecnológica do bibliotecário da Rede do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP)
2016	Tese	SALES, Fernanda de	“A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar”: contribuições da música como fonte de informação para a prática pedagógica nas bibliotecas escolares

Fonte: Elaborado pelo autor.

O primeiro trabalho, desenvolvido por Lima (2019), com o título “Jogos educativos digitais e leitura para alunos do ensino médio: a contribuição da motivação e da jogabilidade”, teve como objetivo analisar como os jogos digitais educativos impactam o desenvolvimento da leitura em alunos do ensino médio. De acordo com o autor, buscou-se verificar a contribuição da motivação e da jogabilidade nesse processo.

A metodologia utilizada consistiu em um estudo de caso, a partir da aplicação de jogos digitais como auxílio à leitura para alunos do primeiro ano do ensino médio em uma escola no município de Solonópolis. Essa iniciativa contou com a colaboração de uma professora de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Os dados foram analisados através de uma abordagem qualitativa, com a aplicação de testes de leitura

iniciais, aulas ministradas com o uso de jogos digitais, entrevistas com os alunos, um questionário para a professora envolvida e, por fim, um teste de leitura final.

Os resultados revelaram que a aplicação de jogos educativos digitais pode, de fato, auxiliar no desenvolvimento da prática de leitura, concluindo que os jogos educativos digitais são recursos importantes, que podem ser utilizados nas escolas para o desenvolvimento da aprendizagem da leitura. Dada a popularidade desses jogos fora do ambiente escolar, eles oferecem uma oportunidade de aprendizagem informal, proporcionando aos alunos um suporte adicional na prática de leitura (Lima, 2019).

As diferentes estratégias pedagógicas encontram na biblioteca da escola um espaço propício para inovações, pois como afirma Campello (2011), “[...] algumas bibliotecas escolares têm mostrado que podem ser mais do que um espaço de promoção da leitura; elas revelam potencial para ser um espaço de aprendizagem”.

A segunda pesquisa selecionada, de Silva (2022), denominada “Plano Nacional do Livro, Leitura e Biblioteca: estudo de caso da cidade de Jardinópolis, região metropolitana de Ribeirão Preto, estado de São Paulo”, mostra que a região metropolitana de Ribeirão Preto é uma das áreas mais prósperas do Brasil. Institucionalizada em 2016, se tornou um campo fértil para estudar a implementação de políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e biblioteca. Segundo o autor, a região possui todos os pré-requisitos para que seus municípios implementem o Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL), seguindo as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

O estudo aponta que normas e diretrizes federais para essas políticas são claras, mas a lacuna entre o que é proposto em nível federal e o que é efetivamente realizado nos municípios foi o ponto central desta pesquisa. A partir da premissa de que o livro, a leitura e a biblioteca são agentes de transformação social, o objetivo foi analisar como a sociedade civil organizada de Jardinópolis participou da implementação de políticas públicas voltadas ao livro e à leitura, entre 2016 e 2020.

De acordo com Silva (2022), a meta final era a elaboração, regulamentação e implementação do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) na cidade. Para isso, foi utilizado o estudo de caso e as técnicas de coleta de dados, que incluíram documentação, entrevistas, questionários e observação. A análise dos dados foi feita por meio da triangulação das fontes, em que a pesquisa teve como público-alvo gestores de instituições públicas municipais, bibliotecários, funcionários

de salas de leitura e outros atores envolvidos na elaboração do PMLLLB de Jardinópolis.

O mapeamento do processo em Jardinópolis revelou a existência de uma sociedade civil organizada com grande representatividade local. Sua atuação recente, nos últimos cinco anos, foi crucial para a implementação de importantes políticas públicas relacionadas ao livro, à leitura e à biblioteca. Diante disso, uma sociedade é mais reconhecível como democrática quando é participativa, e os movimentos populares são um importante instrumento de transformação de paradigmas institucionais (Silva, 2022).

O terceiro trabalho, elaborado por Pereira (2019), intitulado “Biblioteca escolar sul-mato-grossense: cenários e perspectivas”, afirma que o avanço sem precedentes das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), somado à histórica ausência de bibliotecas escolares no Brasil, levanta a preocupação de que essa instituição possa desaparecer.

A tese buscou analisar a situação da biblioteca escolar, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul, à luz da Lei nº 12.244/2010. O estudo revisitou os princípios da lei, estabelecendo conexões com a competência informacional e a produção de informação e conhecimento. Também investigou o impacto das TDICs na educação e o papel das empresas que comercializam produtos e serviços educacionais baseados nessas tecnologias. A partir de uma análise teórica, propôs um modelo de Programa de Educação de Interagentes, pautado na competência informacional, como um recurso pedagógico para a biblioteca escolar.

Para atingir esses objetivos, Pereira (2019) realizou um trabalho de campo, desenvolvendo a pesquisa em colaboração com a Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso do Sul e a Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, incluindo também a rede privada de ensino para coleta de dados.

Após definir o escopo geográfico, foram contatadas as Secretarias de Educação para obter dados e autorização para entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelas bibliotecas escolares das redes pública estadual e municipal de Campo Grande, além de questionários para a rede privada da capital. A análise dos dados empregou uma abordagem quali-quantitativa, considerada adequada aos objetivos da pesquisa e aos instrumentos de coleta utilizados.

Segundo Pereira (2019) as análises dos dados revelaram que a biblioteca escolar em Mato Grosso do Sul reflete um problema já conhecido no Brasil:

descontextualização da prática docente, sem a devida importância no processo de ensino e aprendizagem e cada vez mais distante da cultura escolar. Essa situação é ainda mais acentuada nas escolas privadas, onde as TDICs têm assumido um papel central como recursos de informação, pois na perspectiva dos gestores, as TDICs substituem de forma adequada e inovadora a biblioteca escolar.

A pesquisa evidenciou que os participantes não possuem uma compreensão correta do papel da biblioteca escolar e seus potenciais impactos positivos na educação, reconhecendo-a apenas como um espaço para leitura. Segundo os resultados, essa percepção tem contribuído para a marginalização da biblioteca, pois os entrevistados acreditam que tais ações podem ser realizadas por outros meios e recursos, acelerando seu paulatino desaparecimento (Pereira, 2019).

A pesquisa conclui que além da falta de compreensão sobre o real papel da biblioteca escolar, ficou claro que há um silêncio absoluto na classe docente, que, de certa forma, “sepulta” a biblioteca escolar. Sugere, então, que se não há um clamor dos professores pela biblioteca, dificilmente haverá quem a defenda, já que tem sofrido um processo de resignificação com o advento das tecnologias e, com isso, é necessário que se adapte à nova realidade.

A quarta pesquisa selecionada, produzida por Pinna (2016), “A biblioteca escolar na formação de competências em informação: contribuições perspectivas em bibliotecas do Colégio Pedro II”, é um estudo qualitativo e explora o papel da biblioteca escolar no desenvolvimento de competências em informação em alunos do ensino fundamental. Partindo da análise do bibliotecário escolar como educador e mediador em atividades de pesquisa, o estudo buscou identificar programas ou atividades em bibliotecas escolares que promovam essas competências através do apoio à pesquisa.

Para atingir esse objetivo, foram selecionadas duas bibliotecas do Colégio Pedro II, nos *campi* Centro e São Cristóvão. A coleta de dados incluiu observação das bibliotecas e entrevistas com os bibliotecários de cada unidade. O embasamento teórico da pesquisa incorpora o conceito de Competência em Informação e a ideia de aprender a aprender (aprendizagem por questionamento). O trabalho também apresenta um histórico da biblioteca escolar no Brasil, abordando seu conceito, função, missão e as legislações e programas nacionais que incentivam sua implementação em instituições de ensino.

Os resultados revelaram que a biblioteca escolar ainda não está totalmente integrada ao projeto pedagógico da escola, o que acaba limitando o aproveitamento completo do espaço, recursos e atividades, especialmente àquelas voltadas para o desenvolvimento e consolidação da Competência em Informação. A autora afirma que, apesar dos esforços dos bibliotecários, a relevância da biblioteca na escola ainda é pouco compreendida por grande parte da comunidade escolar e, talvez, até mesmo por alguns de seus próprios profissionais (Pinna, 2016).

O sucesso escolar depende de muito esforço, dedicação e, sobretudo, de boas práticas pedagógicas. A biblioteca escolar, na forma como se apresenta nesse estudo, se constitui em um espaço de muitas possibilidades de construção do saber, portanto, sua utilização contribui positivamente para o desenvolvimento e progresso estudantil.

A quinta pesquisa, elaborada por Crispim (2023), intitulada “As tecnologias nas bibliotecas escolares: um olhar para a competência tecnológica do bibliotecário da Rede do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP)”, afirma que as bibliotecas escolares são fundamentais para o fomento da leitura e o acesso à informação, e as tecnologias digitais se tornaram indispensáveis nesse cenário.

A pesquisa se baseia em um estudo de caso, realizado na Rede de Colégios da Polícia Militar Feliciano Nunes Pires, no estado de Santa Catarina, que teve como foco as competências tecnológicas do bibliotecário escolar. O objetivo foi discutir como esses profissionais utilizam aplicativos de leitura digital e audiolivros para incentivar a leitura e quais as contribuições para os usuários das bibliotecas.

A metodologia envolveu uma revisão sistemática da literatura sobre a biblioteca escolar, competências do bibliotecário e o uso de tecnologias em bibliotecas. Para o estudo de caso, foram envolvidos bibliotecários e alunos do 6º ano do ensino fundamental da unidade de Blumenau. A pesquisa teve uma abordagem exploratória e descritiva, com a análise dos dados realizada de forma qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo.

Os resultados mostram que a maioria dos bibliotecários possui sólidas habilidades tecnológicas, especialmente na gestão de acervo e em serviços *online*. No entanto, foram identificados alguns desafios, como a necessidade de atualização constante, já que as rápidas mudanças tecnológicas exigem que os bibliotecários estejam sempre se aprimorando. Também a necessária integração de plataformas educacionais, pois há uma demanda por maior integração entre as tecnologias e as plataformas educacionais existentes. Por fim, as fundamentais estratégias de uso

efetivo, em que é preciso desenvolver e implementar estratégias para que os alunos utilizem as tecnologias de forma mais eficaz nas bibliotecas (Crispim, 2023).

Com isso, o estudo reforça a importância das competências tecnológicas dos bibliotecários na era digital. As sugestões finais incluem uma lista de competências essenciais, como a atualização contínua, a integração de plataformas educacionais e o desenvolvimento de estratégias eficazes para engajar os alunos com as tecnologias na biblioteca escolar.

No cenário atual de desenvolvimento tecnológico constante, tanto a biblioteca escolar quanto os profissionais que nela atuam precisam acompanhar essas mudanças para fomentar o interesse pela leitura — seja da forma tradicional, com livros impressos, seja de maneira virtual.

Por fim, a sexta pesquisa, de Sales (2016), intitulada “‘A gente quer ter voz ativa no nosso destino mandar’: contribuições da música como fonte de informação para a prática pedagógica nas bibliotecas escolares”, explora a criação e discussão de uma ferramenta para a gestão de acervos informacionais em bibliotecas escolares. O foco da pesquisa é a relação entre esses acervos e a prática pedagógica desenvolvida na biblioteca.

A questão central do estudo foi determinar como é possível incorporar a música aos acervos das bibliotecas escolares de forma sistemática e organizada, de modo que possa, enquanto subsídio informacional, contribuir para a transformação da prática pedagógica desenvolvida nas bibliotecas escolares. A justificativa para o estudo reside na compreensão de que a formação integral dos indivíduos ocorre através do acesso aos conteúdos escolares, complementados por informações variadas e de qualidade que estimulem a abstração (Sales, 2016).

Para discutir as percepções dos bibliotecários sobre a relação entre os acervos das bibliotecas escolares e suas práticas pedagógicas, utilizou-se o método de grupos focais. Como resultado principal, a pesquisa apresenta a oferta de um instrumento de avaliação de músicas destinado a bibliotecas escolares, buscando facilitar a integração desse recurso valioso no ambiente educacional. Assim, a biblioteca escolar pode ser concebida como espaço de práticas pedagógicas variadas, e a inserção da música em seu acervo, agrega ainda mais conteúdos significativos à disposição dos educadores enriquecerem suas aulas.

2.4 Produções a partir da combinação dos descritores “biblioteca escolar” AND “desenvolvimento do estudante”

Para a combinação dos descritores “biblioteca escolar” AND “desenvolvimento do estudante”, selecionou-se outros seis trabalhos relacionados ao tema, produzidos entre os anos de 2017 e 2023, sendo três dissertações e três teses.

Quadro 3 – Produções a partir da combinação dos descritores “biblioteca escolar” AND “desenvolvimento do estudante”

ANO	TIPO	AUTOR	TÍTULO
2017	Dissertação	BEDIN, Jessica	A atuação do bibliotecário escolar na formação de estudantes pesquisadores no ensino médio
2019	Tese	SILVA, Cristiana Vasconcelos do Amaral	Usos da biblioteca em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental: os encontros com a leitura
2019	Dissertação	COGO, Domingos Savio	O lugar da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem: um estudo de caso
2019	Tese	VALADARES DA SILVA, Eduardo	O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo
2023	Dissertação	LIMA, Larissa Stefane Rodrigues de	O papel da biblioteca como espaço de mediação do hábito da leitura e do desenvolvimento humano na perspectiva de estudantes do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Inhumas: contribuições das concepções histórico-culturais
2023	Tese	TAVARES, Ane Carolina Randing	A mediação de leitura literária na biblioteca: saberes, práticas e competência do(a) bibliotecário(a)-educador(a)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira pesquisa, de Bedin (2017), intitulada “A atuação do bibliotecário escolar na formação de estudantes pesquisadores no ensino médio”, ressalta a atual sociedade da informação, em que a educação é crucial para preparar os cidadãos com as habilidades que o novo cenário exige. A pesquisa foca no papel do bibliotecário escolar na formação de estudantes pesquisadores no ensino médio de escolas particulares em Florianópolis.

A pesquisa, de natureza exploratória, descritiva e qualitativa (combinando análise bibliográfica, documental e estudo de caso), revelou que as ações dos bibliotecários voltadas à pesquisa e formação de alunos são, em geral, pontuais. As iniciativas mais relevantes incluem a criação de manuais de pesquisa, a colaboração em projetos com professores e o fomento à leitura.

Destaca-se que a atuação dos bibliotecários é de grande relevância no assessoramento das atividades pedagógicas. Além disso, os bibliotecários também têm, atualmente, condições de estabelecer e aperfeiçoar práticas com base em evidências, tendo em vista as pesquisas que vêm sendo realizadas cada vez em maior quantidade e qualidade na Biblioteconomia e na Ciência da Informação (Campello, 2012).

A segunda pesquisa, realizada por Silva (2019), “Usos da biblioteca em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental: os encontros com a leitura”, procurou compreender os usos diários de uma biblioteca escolar em uma instituição pública de ensino fundamental na região metropolitana do Recife.

A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, com perspectiva etnográfica. A coleta de dados ocorreu ao longo de seis meses, por meio de observações do cotidiano da biblioteca, focando nos seus usos pelos agentes escolares e nas atividades desenvolvidas com turmas dos primeiros anos do ensino fundamental. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os agentes escolares e a análise desses dados se baseou na discussão de Michel de Certeau (1998), sobre a “fabricação” do cotidiano, buscando entender como as práticas são construídas no dia a dia da biblioteca escolar.

Segundo Silva (2019), os dados revelam que a biblioteca escolar observada possui uma rotina diversificada, com destaque para as atividades voltadas ao desenvolvimento da formação leitora dos alunos. No entanto, percebeu-se que o espaço é amplamente utilizado por diferentes agentes escolares e para outras finalidades, além da leitura. Grande parte das atividades realizadas na biblioteca estava atrelada a projetos definidos pela Secretaria de Educação do município e pela coordenação escolar.

O estudo conclui que, apesar disso, foi identificada a oportunidade para uma maior diversidade de atividades de leitura, mediadas pelas professoras responsáveis pela biblioteca e pelos demais agentes da escola. Essa expansão poderia envolver mais ativamente estudantes, familiares e comunidade, aproveitando o acervo de qualidade e a estrutura física e tecnológica existente.

Para Silva (2019), essas iniciativas teriam o potencial de contribuir de forma ainda mais satisfatória para o processo de formação leitora dos alunos, pois a biblioteca pode exercer esse papel integrar a comunidade fazendo com esta se

aproxime mais da escola, participando e colaborando para o seu pleno desenvolvimento.

O terceiro estudo selecionado, escrito por Cogo (2019), denominado “O lugar da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem: um estudo de caso”, ressalta que o hábito e o gosto pela leitura são frequentemente moldados pelos estímulos que recebemos ao longo do nosso desenvolvimento intelectual, tanto em casa quanto na escola.

Essa pesquisa visualiza a biblioteca escolar como um espaço crucial para a promoção da leitura, afirmando que ela facilita o acesso dos estudantes a informações em variados formatos (impressos e virtuais) e se torna uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do gosto e das práticas de leitura. Apesar de seu potencial, a biblioteca escolar ainda enfrenta resistência por parte do corpo docente, que nem sempre a vê como uma parceira fundamental no processo de ensino-aprendizagem (Cogo, 2019).

A investigação aborda como a biblioteca escolar está sendo incorporada ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objeto de estudo a Biblioteca Major Bley, do Instituto Federal do Espírito Santo, Câmpus Santa Teresa. Para isso, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com alunos, ex-alunos, professores e funcionários da instituição.

O objetivo foi compreender como esses indivíduos percebem o papel da biblioteca escolar nos processos de ensino-aprendizagem que ali se desenvolvem. O suporte oferecido pela biblioteca escolar pode auxiliar os professores na elaboração de materiais didáticos e planejamento das aulas, além de auxiliar com as ferramentas tecnológicas (Cogo, 2019).

A quarta pesquisa, de Valadares da Silva (2019), intitulada “O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo”, examinou a integração da biblioteca escolar ao currículo, partindo da premissa de que a biblioteca é essencial para a formação estudantil. O estudo objetivou analisar essa integração através de documentos curriculares e práticas escolares, focando nas relações estabelecidas pelos bibliotecários.

A pesquisa foi qualitativa e buscou fornecer uma compreensão aprofundada desse fenômeno, dividindo-se em dois momentos, iniciando com a análise documental, examinando os principais documentos curriculares brasileiros e as propostas pedagógicas de escolas, para verificar como a biblioteca é contemplada.

Depois, partiu para os estudos de casos múltiplos, coletando-se narrativas de bibliotecárias de duas escolas privadas em Belo Horizonte para entender a integração curricular no cotidiano.

Os resultados indicaram que a perspectiva tradicional de currículo inviabiliza uma integração efetiva da biblioteca, sugerindo que abordagens alternativas, como o currículo narrativo, podem facilitar esse processo. Constatou-se que os documentos curriculares nacionais não explicitam a importância pedagógica da biblioteca, limitando-a a um papel de apoio (Valadares da Silva, 2019).

A pesquisa identificou fatores que contribuem e dificultam essa integração e, a partir dos estudos de caso, apresenta 11 categorias analíticas que descrevem a efetivação dessa integração no contexto empírico. O estudo propõe, então, uma nova abordagem para a biblioteca nos documentos nacionais, visando reflexos em níveis locais e escolares. Como continuidade, sugere a definição de níveis de integração da biblioteca escolar ao currículo, similar aos níveis de colaboração entre bibliotecários e professores.

A integração no currículo nacional representaria um avanço no reconhecimento da biblioteca escolar como um espaço que se apresenta como auxiliar das atividades educacionais, mas também com uma grade curricular própria.

A quinta pesquisa selecionada, desenvolvida por Lima (2023), intitulada “O papel da biblioteca como espaço de mediação do hábito da leitura e do desenvolvimento humano na perspectiva de estudantes do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Inhumas: contribuições das concepções histórico-culturais”, investigou se esses estudantes consideram a biblioteca como tal.

De abordagem qualitativa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre bibliotecas, escola, mediação, desenvolvimento humano e teoria histórico-cultural, além de pesquisa de campo. Estudantes da última série dos cursos técnicos foram entrevistados via questionário para coletar suas percepções.

O estudo, segundo a pesquisadora, se mostra essencial para entender a mediação do hábito da leitura e do desenvolvimento humano na biblioteca escolar, buscando estabelecer vínculos entre educação e biblioteconomia. O desenvolvimento estudantil está, dessa forma, diretamente ligado a prática da leitura e, por sua vez, a leitura tem influência significativa na formação humana, pois o contato com as reflexões expressas pelos autores provoca uma autorreflexão e um refinamento na capacidade de perceber as coisas e a realidade (Lima, 2023).

A sexta produção, de Tavares (2023), intitulada “A mediação de leitura literária na biblioteca: saberes, práticas e competência do(a) bibliotecário(a)-educador(a)”, procurou explorar o papel social do bibliotecário no incentivo à leitura literária para crianças e adolescentes em bibliotecas escolares.

A pesquisa partiu da premissa de que a biblioteca escolar é um espaço político fundamental para a democratização do acesso à informação e a formação de leitores competentes. Reconhecendo o potencial desse ambiente e a escassez de estudos sobre a mediação de leitura literária realizada por bibliotecários, esta investigação foca nas bibliotecas escolares comunitárias de São Carlos, conhecidas como “Escolas do Futuro” (Tavares, 2023).

A pesquisa é qualitativa e utilizou o método de história oral, considerando a subjetividade das narrativas. Por meio de entrevistas com sete bibliotecários(as), buscou compreender como a mediação de leitura literária se vincula às dimensões da competência profissional do bibliotecário-educador (técnica, estética, ética e política).

As principais conclusões apontam que o bibliotecário é um mediador-educador consciente de sua função social e educativa, possuindo uma competência múltipla que exige sensibilidade, empatia e posicionamento político. Apesar das limitações de infraestrutura, esses espaços contribuem para a formação de leitores de literatura.

No entanto, o estudo ressalta a urgência de investimentos em infraestrutura e a elaboração de políticas públicas municipais para aquisição de livros, renovação de acervos e atividades culturais, visando garantir o funcionamento de qualidade e fortalecer a formação leitora dos frequentadores. Dito isso, o papel do bibliotecário é fundamental para o bom funcionamento da biblioteca, e dentre suas contribuições, estão as de orientar e sugerir obras literárias, auxiliando no planejamento dos educadores (Tavares, 2023).

2.5 Apontamentos sobre a produção do Estado do Conhecimento

A análise das produções selecionadas evidencia um núcleo comum: há consenso em torno da biblioteca escolar como espaço formativo estratégico para a leitura, a pesquisa e o desenvolvimento dos estudantes, tanto nos trabalhos que a tomam como objeto central, quanto naqueles que a articulam às tecnologias e ao desenvolvimento estudantil (Estela, 2015; Souza, 2019; Cogo, 2019; Lima, 2023; Tavares, 2023). Em todos os blocos de descritores, reafirma-se a importância da

mediação qualificada de professores e bibliotecários e o potencial da biblioteca para apoiar o ensino-aprendizagem e a formação de leitores.

Ao mesmo tempo, emergem tensões recorrentes. Estudos que tratam da estrutura e das políticas de biblioteca escolar (Cardoso, 2020; Almeida, 2019; Alves, 2022; Silva, 2022) mostram o descompasso entre marcos legais e realidade: espaços precários, ausência de profissionais, baixa integração ao projeto pedagógico.

Pesquisas que abordam a relação com as TDICs (Lima, 2019; Pereira, 2019; Crispim, 2023; Pinna, 2016) revelam um duplo movimento: de um lado, tecnologias ampliando possibilidades de mediação; de outro, o risco de substituição simbólica da biblioteca por recursos digitais, reforçando sua marginalização em alguns contextos.

Também se evidenciam lacunas importantes. Ainda são minoritários os estudos que analisam a biblioteca escolar como política pública de educação e cultura, articulando gestão, financiamento e responsabilização do Estado.

Do mesmo modo, aparecem pouco exploradas as relações entre biblioteca escolar, desigualdades educacionais e justiça social, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade. Predominam abordagens centradas na função pedagógica e informacional da biblioteca, com menor incidência de análises que a compreendam explicitamente como espaço político e de direitos.

Diante desse quadro, este estudo se coloca na interseção dessas dimensões, ao buscar compreender a biblioteca escolar simultaneamente como espaço pedagógico, cultural e como expressão das políticas públicas de educação. Ao articular as contribuições e lacunas identificadas nas produções mapeadas, a pesquisa pretende contribuir para o debate sobre a democratização do saber e a efetivação do direito à educação.

A partir do panorama apresentado, torna-se evidente que as pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil, embora relevantes e crescentes, ainda carecem de fundamentação teórica mais integrada às discussões contemporâneas sobre políticas públicas, gestão educacional e democratização do saber.

As produções analisadas fornecem um quadro empírico que confirma a importância da biblioteca como espaço de mediação, mas também revelam a necessidade de aprofundar as bases conceituais que sustentam sua função social e educativa. Nesse sentido, o capítulo seguinte dedica-se à construção do referencial teórico, buscando articular os principais conceitos, autores e perspectivas que fundamentam esta investigação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO FORMATIVO E POLÍTICO NA DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER

Este capítulo é voltado à construção do referencial teórico, que fundamenta a compreensão da biblioteca escolar como espaço formativo, político e de democratização do saber.

Inicialmente, aborda-se seus objetivos e funções (3.1), destacando a relevância pedagógica e social desse ambiente no processo educativo. Em seguida, são apresentados os recursos e serviços oferecidos pela biblioteca escolar (3.2), enfatizando sua contribuição para o desenvolvimento da leitura, da pesquisa e da autonomia intelectual dos estudantes.

Posteriormente, discute-se a biblioteca como espaço de democratização do saber (3.3), relacionando-a ao direito à educação, à cultura e à informação, bem como ao papel do professor e do bibliotecário como agentes socializadores do conhecimento e da cultura (3.3.1).

Por fim, analisa-se a dimensão política e de resistência cultural da biblioteca escolar (3.4), compreendendo-a como território de formação crítica e de promoção da cidadania no contexto educacional contemporâneo.

3.1 Objetivos e funções da biblioteca escolar

A formação leitora e o desenvolvimento do letramento ultrapassam a simples decodificação da escrita, envolvendo práticas sociais de leitura e escrita mediadas culturalmente. A biblioteca escolar, nesse contexto, constitui-se em espaço privilegiado para a vivência dessas práticas, ao articular alfabetização, letramento e acesso ao conhecimento como dimensões complementares da aprendizagem (Soares, 2003; 2016).

Dito isso, a biblioteca escolar proporciona um aprendizado que vai além do conteúdo aprendido em sala de aula. Através da literatura podemos aprender muito mais sobre os lugares e as pessoas a partir dos textos, que podem ser na forma de romances, poesias, contos, dentre outras infinitudes de possibilidades. Aprender sobre as mais variadas temáticas por meio da literatura aumenta o campo de visão do estudante, fazendo com que ele tenha maior chance de assimilar aquilo que foi aprendido durante as aulas.

As narrativas dos livros trazem aspectos e detalhes que não são destacados nos manuais didáticos. Por exemplo, para se conhecer o Rio de Janeiro do século XIX, a leitura de Machado de Assis é imprescindível para a construção imagética de aspectos próprios da época por ele vivida e interpretada. Em sua descrição dos tipos humanos e suas personalidades, Machado de Assis se notabiliza ao descrever seus personagens dando um enfoque especial à sua psicologia, aos costumes e à sociedade carioca, sempre retratada pelo seu olhar crítico (de bom e ruim, lado bonito e também obscuro) da vida social que representava naquele momento as relações no contexto urbano das cidades. Em resumo, não é possível conhecer a História do Brasil sem lê-lo.

Por meio desse exemplo, assim como outros diversos nomes da literatura brasileira que ajudaram a retratar o Brasil em suas diversas nuances, pretende-se dizer que essas leituras ampliam a visão do estudante e enriquecem seu vocabulário, aperfeiçoam a sua escrita, desenvolvendo e colaborando com o letramento nos anos iniciais, incentivando, com isso, o hábito da leitura.

Ressalta-se o disposto no Manifesto da Biblioteca Escolar, elaborado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua Conferência Geral, realizada em novembro de 1999. O referido documento aponta nove pontos fundamentais, determinando os objetivos e funções da biblioteca escolar:

1. Apoiar e promover os objetivos educativos delineados de acordo com as finalidades, currículos e programas de ensino da escola;
2. Desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, e também da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
3. Proporcionar oportunidades de produção e utilização de informação para o conhecimento, compreensão, imaginação e divertimento;
4. Apoiar os estudantes na aprendizagem e prática de capacidades de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza, suporte ou meio, usando de sensibilidade relativamente aos modos de comunicação de cada comunidade;
5. Providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os estudantes a ideias, experiências e opiniões diversificadas;
6. Organizar atividades que favoreçam a tomada de consciência cultural e social e a sensibilidade;
7. Trabalhar com os estudantes, professores, administradores e pais de modo a alcançar as finalidades da escola;
8. Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia;
9. Promover a leitura e os recursos e serviços da biblioteca escolar junto da

comunidade escolar e do meio (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1).

Esses objetivos configuram-se como elementos fundamentais para o desenvolvimento da alfabetização, das competências informacionais, do ensino, da aprendizagem e da formação cultural, constituindo-se em serviços essenciais que materializam a função educativa da biblioteca escolar. A missão da biblioteca escolar é, portanto, apoiar o estudante durante o desenvolvimento de toda a sua vida acadêmica proporcionando subsídios teóricos e conceituais que constituirão a base do seu conhecimento.

Complementando essas definições, destaca-se o disposto pelo IPL, que desde 2007, desenvolve pesquisas quantitativas acerca do perfil dos leitores no Brasil. Através do seu objetivo principal, que está voltado ao fomento à leitura e a difusão e acesso ao livro, o Instituto defende a missão de transformar o Brasil em um país de leitores. Dentre suas principais finalidades, destacam-se:

1. Avaliar impactos e orientar políticas públicas do livro e da leitura, tendo por objetivo melhorar os indicadores de leitura do brasileiro;
2. Promover a reflexão e estudos sobre os hábitos de leitura do brasileiro para identificar ações mais efetivas voltadas ao fomento à leitura e o acesso ao livro;
3. Promover ampla divulgação sobre os resultados da pesquisa para informar e mobilizar toda a sociedade sobre a importância da leitura e sobre a necessidade de melhorar o “retrato” da leitura no Brasil (IPL, 2024a).

As ações desenvolvidas pelo IPL (2024a) reforçam a compreensão de que o incentivo à leitura deve ser tratado como política pública estratégica e contínua, articulando Estado, escola e sociedade civil. Suas pesquisas, ao traçarem um retrato preciso dos hábitos de leitura no país, evidenciam a necessidade de fortalecer os espaços institucionais de mediação, entre eles a biblioteca escolar, cuja função social é garantir o acesso equitativo ao livro, à informação e à cultura escrita. Assim, o Instituto Pró-Livro consolida-se como referência na produção de dados e subsídios para o planejamento de ações voltadas à formação de leitores e à consolidação de uma cultura leitora democrática e inclusiva.

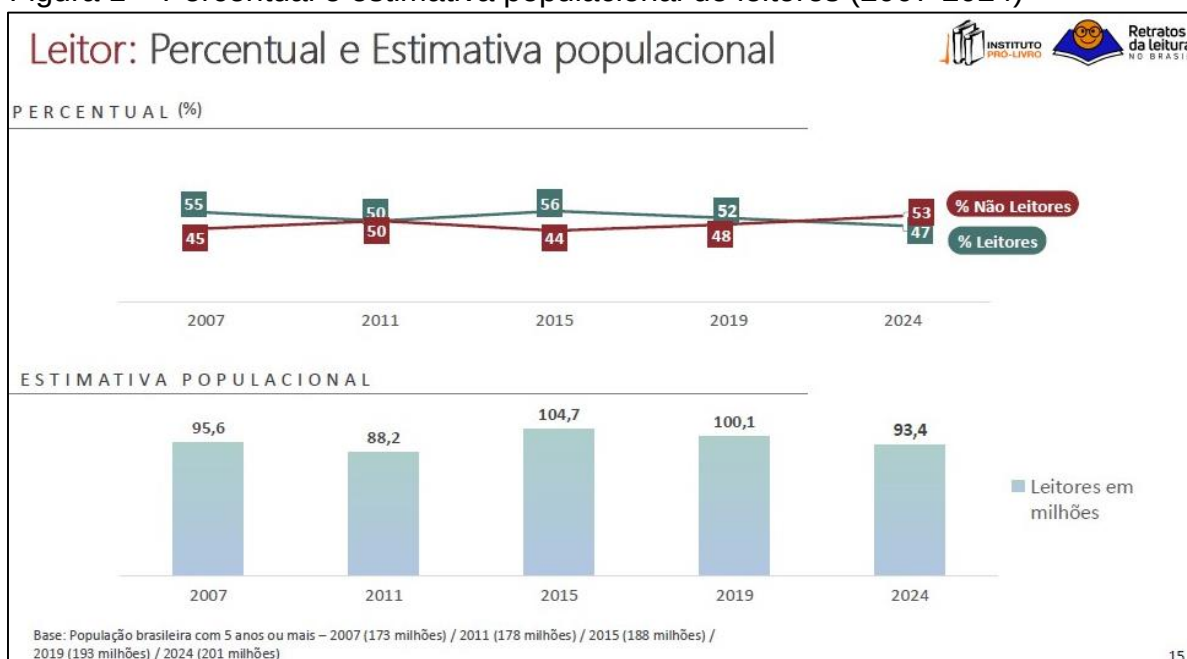
Ferreira (2012) refere-se à função social e cultural da biblioteca escolar, que ultrapassa o domínio do ensino formal. O autor defende que esse espaço deve favorecer o encontro entre as diversas linguagens (escrita, oral, visual e digital) e integrar práticas culturais que fortaleçam o sentimento de pertencimento e identidade. Dessa forma, a biblioteca assume papel decisivo na democratização do saber cultural,

ao proporcionar o acesso a diferentes expressões da produção humana e estimular o exercício da leitura crítica e da reflexão.

O IPL, em sua 6ª edição, publicada em 2024, intitulada “Retratos da Leitura no Brasil”, foram realizadas 5.504 entrevistas domiciliares, com utilização de questionários, contendo 147 questões. O público-alvo foi a população brasileira com cinco anos ou mais, alfabetizadas ou não, de todas as regiões do país. O período da coleta se deu de 30 de abril a 31 de julho de 2024. Segundo os critérios da pesquisa, é considerado leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses.

Como pode-se observar na Figura 1, abaixo, houve uma redução de quase 7 milhões no número de leitores desde a primeira edição da pesquisa.

Figura 1 – Percentual e estimativa populacional de leitores (2007-2024)



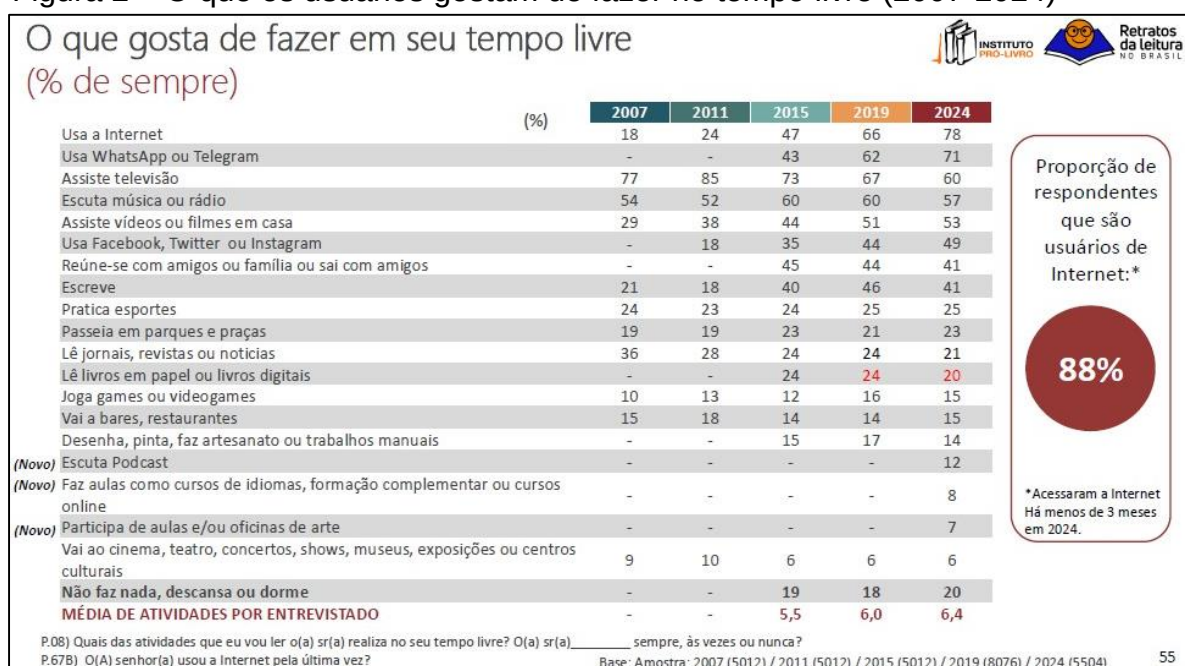
Fonte: Retratos da Leitura no Brasil.

Em entrevista ao portal Rádio Senado, a socióloga, gerente de pesquisas do IPL e Coordenadora da 6ª edição da pesquisa, Zoara Failla, cita os fatores responsáveis por essa queda:

[...] foi identificado um aumento de mais de 30% de 2015 para cá, no uso do tempo livre na internet. Por outro lado, há uma queda na leitura de livros nesse momento de lazer. Já era baixa, 24%, e caiu para 20%. Mas um dado que preocupa é também, mais uma vez, na faixa etária de 5 a 10 anos, 43% das crianças estão usando esse tempo em videogames (IPL, 2024b, n.p.).

Os dados apresentados pela Coordenadora evidenciam uma mudança significativa nos hábitos culturais das novas gerações, marcada pela substituição da leitura por atividades digitais em grande parte do tempo livre, conforme destaca a Figura 2:

Figura 2 – O que os usuários gostam de fazer no tempo livre (2007-2024)

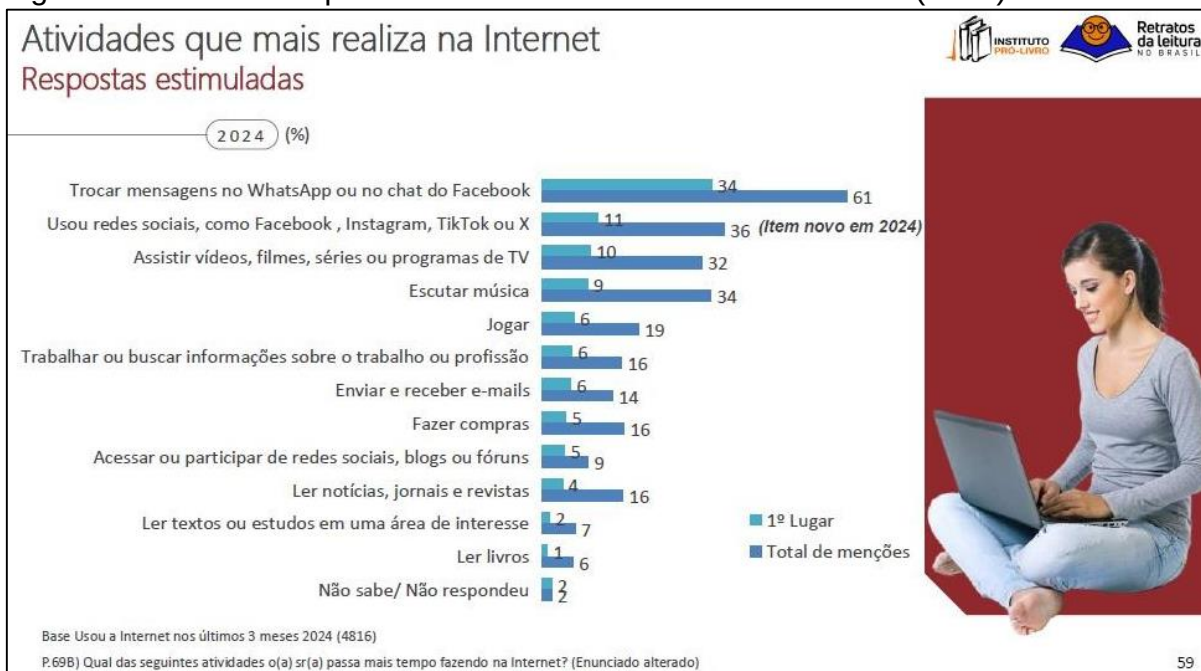


Fonte: Retratos da Leitura no Brasil.

Esse cenário reforça a urgência de políticas educacionais e culturais que valorizem a leitura como prática social e garantam às crianças e jovens o contato sistemático com o livro e com espaços de mediação leitora qualificados, como as bibliotecas escolares. Mais do que uma questão de preferência individual, trata-se de um desafio coletivo que envolve a formação de leitores críticos em uma sociedade cada vez mais orientada pelas telas.

A Figura 3, abaixo, revela como a leitura está sendo substituída pela internet. Mesmo com o acesso a várias obras literárias na internet, as pessoas têm preferido dedicar seu tempo livre com as redes sociais e a assistir filmes e séries.

Figura 3 – Atividades que os usuários mais realizam na internet (2024)



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil.

Diante desse contexto, o sociólogo e filósofo polonês, Zygmunt Bauman (2010), elaborou o conceito de modernidade líquida, afirmando que a sociedade moderna se apresenta de maneira extremamente fluida e volátil, percebendo-se a ausência de relações sociais e instituições duradouras. Desse modo, as redes sociais e o entretenimento que se encontra na internet estão sempre satisfazendo uma necessidade imediata, através de um conteúdo que será imediatamente substituído por outro.

Hoje, a cultura está virando uma espécie de seção da loja de departamentos, que tem “tudo que você precisa e deseja”, na qual se transformou o mundo habitado por consumidores. Como em outros departamentos desse tipo de loja, as prateleiras estão abarrotadas de mercadorias sempre repostas, e os balcões são decorados com anúncios das mais recentes ofertas – eles mesmos destinados a desaparecer com as atrações que promovem. Mercadorias e publicidade são calculadas especificamente para despertar desejos e cobiça pelas novas ofertas, e ao mesmo tempo reprimir qualquer resquício de desejo ou cobiça das antigas promoções [...] (Bauman, 2010, p. 48).

No passado, as pessoas buscavam distração em obras que se tornaram clássicos da nossa literatura, e por se tratar de produções de alto valor artístico e cultural ficaram eternizadas na memória e deixaram um legado para a educação brasileira, constituindo e dando forma a uma identidade nacional que valoriza os seus elementos populares marcantes e históricos.

Nesse sentido, é necessário dar maior atenção às bibliotecas escolares, pois elas representam uma solidez institucional tradicionalmente responsável por promover a difusão de cultura e conhecimento e colaborar junto à escola no objetivo de proporcionar uma emancipação social aliada a uma ascensão econômica dos estudantes a partir da educação formal.

Retomando o Manifesto da Biblioteca Escolar,

a biblioteca escolar (BE) propicia informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1).

O documento destaca também, a missão da biblioteca escolar em desenvolver habilidades de pesquisa e pensamento crítico nos alunos:

A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação, em observância aos princípios do Manifesto UNESCO para a Biblioteca Pública (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1).

Assim, a biblioteca escolar oferece um espaço seguro e acolhedor para estudo individual ou em grupo, tornando possível a inclusão e a diversidade, oferecendo recursos em diferentes formatos e para diferentes necessidades. Como se sabe, o acesso à internet para algumas camadas da sociedade no Brasil esbarra no aspecto econômico, devido a algumas famílias não possuírem condições de conectividade. Com isso, as bibliotecas escolares públicas desempenham o importante papel de inserir os estudantes de baixa renda no meio informacional, dando-lhes a oportunidade de usufruir do conteúdo disponibilizado pela rede.

Ferreira (2012) ressalta ainda que a organização e as estratégias de atendimento são dimensões diretamente associadas à democratização da informação. A disposição física do espaço, o modo como o acervo é estruturado e o atendimento ofertado aos usuários influenciam diretamente o grau de apropriação do conhecimento pelos alunos. Ao adotar práticas acolhedoras, flexíveis e voltadas ao estímulo da curiosidade intelectual, a biblioteca escolar torna-se um ambiente de inclusão, em que cada estudante pode encontrar caminhos próprios para a aprendizagem. Essa concepção amplia o entendimento da biblioteca como parte do

projeto pedagógico da escola, inserindo-a no campo das políticas de equidade e justiça cognitiva.

Diante disso, pode-se afirmar que a principal finalidade da biblioteca escolar está voltada ao apoio no planejamento escolar, assim como no oferecimento de uma ampla grade de atividades, que desenvolvam, em consonância com o PPP da escola, o gosto pela leitura e escrita, contribuindo para sua escolarização e futura progressão na vida profissional e visão humanística das relações sociais.

A biblioteca escolar configura-se como um espaço potencialmente transformador na trajetória formativa dos estudantes, na medida em que possibilita o acesso ao conhecimento, à imaginação e à reflexão crítica. Para que exerça plenamente essa função, é indispensável o investimento em acervos diversificados e atualizados, bem como na promoção de atividades lúdicas, projetos de leitura e práticas investigativas que despertem o interesse pela pesquisa e pela produção do saber. Além disso, a biblioteca deve ser reconhecida como ambiente de formação continuada para professores, constituindo-se em um recurso pedagógico estratégico que articula ensino, leitura e formação cultural.

3.2 Recursos e serviços oferecidos pela biblioteca escolar

A biblioteca escolar representa um espaço dinâmico, onde várias possibilidades de práticas educativas podem ser desempenhadas, conjuntamente com as atividades estabelecidas no currículo das disciplinas, no intuito de ampliar a vivência dos conteúdos aprendidos em sala de aula.

Diante disso, ela oferece recursos e serviços que podem ser utilizados por toda a comunidade escolar. Dentre os serviços disponibilizados pela biblioteca escolar, o Manifesto da Biblioteca Escolar destaca a formulação de política própria:

Formular política própria para os serviços de biblioteca, definindo objetivos, prioridades e serviços de acordo com o currículo da escola; aplicar padrões profissionais na organização e manutenção da biblioteca escolar; prover acesso a serviços e à informação a todos os membros da comunidade escolar, e funcionar dentro do contexto da comunidade local; incentivar a cooperação entre professores, gestores experientes na área escolar, administradores, pais, outros bibliotecários e profissionais da informação e grupos interessados da comunidade (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1).

A pesquisa científica encontra na biblioteca da escola a sua base de informações

e de equipamentos que propiciam ao estudante o suporte necessário para os seus escritos e reflexões. Ela deve ser sempre uma referência de espaço de aprendizagem e principalmente de incentivo à curiosidade e à busca pela leitura.

Segundo Cruz e Sales (2018, p. 365):

A biblioteca escolar tem o potencial de oferecer serviços que integram diversos serviços de informação como orientação na pesquisa escolar e serviço de referência que possam contribuir na caminhada escolar dos alunos. É na biblioteca da escola que o aluno irá aprender a pesquisar e terá o primeiro contato com esse espaço chamado biblioteca, que, espera-se, leve-o a conhecer outras bibliotecas.

A escola, como propulsora da educação e conhecimento, tem o papel fundamental de olhar esse espaço como um ambiente potencial para a promoção da leitura, e onde se desenvolve atividades como: a hora do conto, sarau literário, exposição de trabalhos, troca de livros, aulas na biblioteca com intuito de incentivar ao aluno a utilizar o acervo e aguçar o interesse para pesquisa e leitura.

A reflexão de Cruz e Sales (2018) evidencia a dimensão pedagógica e formativa da biblioteca escolar, entendida não apenas como um repositório de livros, mas como um ambiente de aprendizagem ativa e de iniciação à pesquisa. Ao destacar o papel da escola como promotora de experiências leitoras e investigativas, as autoras reafirmam a necessidade de integrar a biblioteca ao cotidiano escolar, de modo que suas atividades extrapolem a função de apoio e se tornem parte estruturante do processo educativo.

Nesse sentido, práticas como contação de histórias, saraus e exposições não se configuram como ações periféricas, mas como estratégias de mediação cultural que ampliam o repertório simbólico dos alunos e fortalecem a formação de leitores críticos. Assim, a biblioteca escolar assume o papel de porta de entrada para o universo informacional e cultural, promovendo a autonomia intelectual e o desenvolvimento de competências indispensáveis à cidadania.

As ideias de Cruz e Sales (2018) convergem com a necessidade contemporânea de repensar o papel da biblioteca escolar diante das novas práticas culturais mediadas pelas tecnologias digitais. Se antes a biblioteca era concebida como espaço privilegiado para o desenvolvimento da leitura e da pesquisa, hoje enfrenta o desafio de reconfigurar suas práticas pedagógicas em meio à sobreposição de informações e à dispersão cognitiva provocada pela cultura digital.

O acesso ilimitado à informação, embora pareça democratizar o conhecimento, não garante sua apropriação crítica. Nesse contexto, torna-se imprescindível

compreender, como aponta Bauman (2013; 2018), que a abundância de dados não substitui a reflexão, e que a biblioteca escolar pode assumir um papel estratégico na formação de sujeitos críticos, capazes de discernir, selecionar e interpretar o que consomem nas múltiplas telas do mundo contemporâneo.

Bauman (2013) observa que as redes sociais e o uso massivo da internet, ainda que ampliem as possibilidades de comunicação e acesso à informação, têm contribuído para o esvaziamento da reflexão crítica e o enfraquecimento da memória e da capacidade analítica dos sujeitos.

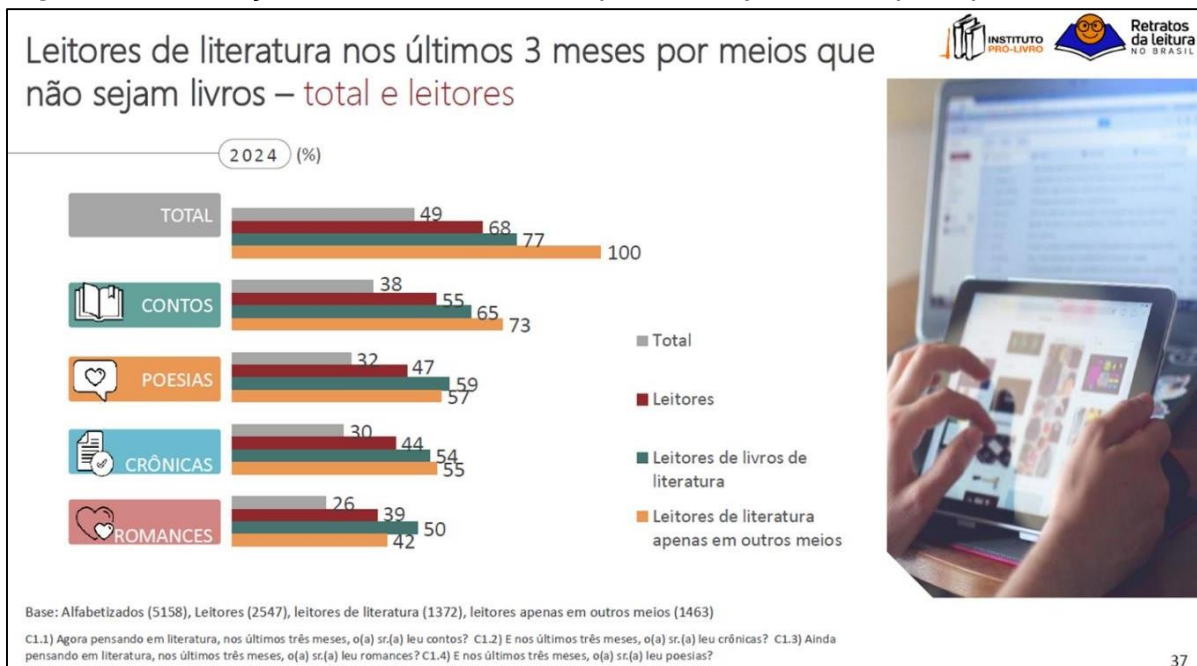
A lógica da velocidade e da efemeridade, característica da cultura digital, promove interações superficiais e substitui o diálogo aprofundado por trocas imediatas e fragmentadas. Nesse contexto, o pensamento tende a ser substituído por reações instantâneas, e o conhecimento, por um fluxo de dados desprovido de sentido. O autor denomina esse fenômeno uma espécie de “oclusão mental”, na qual o excesso de informações não gera saber, mas saturação, comprometendo a capacidade de pensar, recordar e elaborar criticamente a experiência humana em sociedade (Bauman, 2018).

Dessa forma, a biblioteca escolar emerge como um espaço de resistência à lógica da superficialidade digital, na medida em que favorece a leitura profunda, a contemplação e o pensamento crítico; práticas cada vez mais raras em uma cultura marcada pela instantaneidade. Ao promover o encontro mediado entre leitores, textos e contextos, a biblioteca contribui para restituir à experiência cognitiva sua dimensão reflexiva e humanizadora, reafirmando-se como um território de formação integral e de reconstrução do sentido em meio ao excesso de informações.

Ao discutir as novas tecnologias e suas implicações na educação, Ferreira (2012) contribui, ao reconhecer que a biblioteca escolar precisa adaptar-se às transformações informacionais sem perder seu compromisso com a formação do leitor autônomo e crítico. O desafio contemporâneo consiste em conciliar o acesso às plataformas digitais com a mediação pedagógica qualificada, de modo que a tecnologia não substitua o processo reflexivo, mas o potencialize. Assim, a biblioteca escolar reafirma-se como espaço de resistência à exclusão informacional, ao mesmo tempo em que se reinventa como ambiente plural, acessível e comprometido com a construção coletiva do conhecimento.

A Figura 4 mostra o comportamento dos leitores brasileiros que consumiram literatura em suportes digitais ou outros formatos que não o livro impresso.

Figura 4 – Utilização de meios de leitura que não sejam livros (2024)



Fonte: Retratos da Leitura no Brasil.

Os dados revelam uma mudança no comportamento leitor, com a digitalização das práticas literárias. Um número expressivo de brasileiros têm consumido literatura por meios alternativos ao livro impresso, como redes sociais, blogs, plataformas digitais e aplicativos de leitura. Essa tendência reflete tanto o avanço tecnológico quanto o acesso facilitado a conteúdos literários de forma gratuita e imediata.

Entretanto, nota-se uma redução da profundidade da experiência literária. As leituras mais breves, como contos e poesias, predominam entre os leitores que utilizam meios digitais, enquanto os gêneros que exigem maior tempo e envolvimento (como romances e crônicas) apresentam percentuais menores. Esse dado reforça a análise de Bauman (2013; 2018), ao apontar que a cultura digital favorece o consumo rápido e fragmentado de conteúdos, em detrimento da leitura reflexiva e continuada.

Os dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (IPL, 2024a) ilustram de forma concreta o fenômeno descrito por Bauman (2013; 2018). O aumento expressivo do consumo de literatura em meios digitais, ao mesmo tempo em que amplia o acesso, tem promovido uma experiência de leitura mais breve, fragmentada e superficial, marcada por textos curtos, como contos e poesias, em detrimento de gêneros mais densos, como romances.

Essa tendência confirma o diagnóstico baumaniano de uma modernidade

líquida, na qual o conhecimento se dilui em fluxos de informações efêmeras, comprometendo a capacidade de concentração e de reflexão profunda. A leitura, antes exercício de permanência e de elaboração crítica, converte-se cada vez mais em consumo instantâneo, regido pela lógica da velocidade. Diante desse contexto, a biblioteca escolar assume papel contracultural, ao promover o resgate da leitura como experiência estética e cognitiva, fortalecendo o pensamento crítico e a formação de sujeitos autônomos em meio à saturação informacional.

Assim, reitera-se a importância da biblioteca escolar como espaço de mediação entre o impresso e o digital, capaz de orientar práticas de leitura mais críticas e aprofundadas. É preciso que as escolas incorporem as novas linguagens digitais sem abdicar do papel da leitura literária como instrumento de formação cognitiva, estética e ética. Assim, o desafio contemporâneo não é apenas promover o acesso à leitura, mas reconstruir o sentido do ato de ler em meio à cultura das telas.

Cabe ressaltar que a biblioteca escolar tem o papel fundamental de preparar os estudantes para lidar com os diferentes formatos de informação, com o objetivo de desenvolver as habilidades de leitura, escrita e interpretação. De fato, é necessário que a cultura escrita adapte-se, de certo modo, aos novos tempos, contudo, sem alterar sua importância. A escola é decisiva nesse processo, preparando os alunos para serem leitores e escritores críticos em um mundo cada vez mais digital.

É preciso uma reflexão que nos leve a valorizar, por um lado, a magnitude das mudanças e, por outro, a diferenciar o que é relevante e o que é secundário, ressitando a função social da cultura escrita nos novos tempos em coexistência com a cultura visual e com as novas formas de oralidade que as tecnologias digitais facilitam. Somente assim encontraremos âmbitos de ação para desenvolver as práticas leitoras e as habilidades intelectuais de nossos alunos e poder facilitar o uso de diferentes modalidades de leitura e escrita (Roca, 2009, p. 53).

Assim, a aprendizagem se torna uma construção, na qual os alunos se tornam protagonistas desse processo, juntamente com o professor, que tem uma relação de parceria orientando, planejando e organizando as práticas que serão desenvolvidas ao longo do ano letivo.

Através da pesquisa, pode-se realizar uma atividade prática de resolução de problemas, a título de exemplo, em que os alunos serão estimulados a criar estratégias e propor soluções de questões relacionadas ao seu cotidiano. E, para isso, a biblioteca escolar oferece os dispositivos necessários para a pesquisa, produção e divulgação

dos resultados obtidos, utilizando recursos tecnológicos no tratamento dos dados que serão analisados e discutidos.

Os alunos devem resolver situações no ambiente escolar e cotidiano a partir da busca de informação relevante. Construir novos conhecimentos vinculados à resolução de situações. Aplicar e adaptar estratégias diferentes no processo de resolução de problemas. Adquirir confiança em suas possibilidades e desfrutar no trabalho individual e coletivo. Essas capacidades só se desenvolverão fazendo a pesquisa ser uma prova de aprender. A aprendizagem pela pesquisa e pela problematização começa propondo perguntas sobre o conteúdo pelo qual se irá pesquisar, continua com a busca da informação e o contraste de fontes e deve se completar com sua comunicação e difusão (Roca, 2009, p. 101).

Em seu livro “Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática”, Bernadete Campello (2011) menciona uma pesquisa realizada no estado de Ohio, nos Estados Unidos, intitulada “O estudo de Ohio”, de autoria de Ross Todd e Carol Kuhlthau, acerca da qualidade de suas bibliotecas. Além de produzir instrumentos para os bibliotecários avaliarem como suas bibliotecas estão contribuindo na aprendizagem dos estudantes, a pesquisa teve como foco dois objetivos: levantar evidências empíricas detalhadas de como a biblioteca escolar ajuda na aprendizagem dos estudantes e oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas educacionais.

A questão que norteou os pesquisadores foi: Como as bibliotecas escolares ajudam os estudantes em seu processo de aprendizagem na escola e fora dela?, embasados no conceito central de “ajuda”, no sentido de se buscar e usar informações obtidas na biblioteca e também nas atividades e serviços por ela ofertados.

O estudo foi realizado por meio de um questionário eletrônico, envolvendo estudantes de 39 escolas, escolhidas por terem as melhores bibliotecas. O questionário foi composto por sete blocos de questões, e no bloco sete, perguntava: “Como a biblioteca ajuda o aluno a obter bons resultados nas atividades escolares?”.

Os comentários indicaram que os estudantes percebiam a biblioteca como um espaço de aprendizagem ativa, onde tinham que pensar e ponderar ao invés de simplesmente receber passivamente informações. Os dados deste bloco evidenciaram, embora de forma fraca, que a biblioteca ajudava os estudantes a terem maior confiança em sua capacidade de realizar tarefas escolares (Campello, 2011, p. 26).

Os resultados da pesquisa indicaram que os estudantes reconhecem a biblioteca escolar como um espaço de apoio efetivo ao aprendizado. Entre as

afirmativas do questionário, destacou-se com maior número de indicações a sentença: “A biblioteca escolar me ajuda a aprender os vários passos para encontrar e usar informações”, evidenciando a percepção dos alunos sobre o papel formativo desse ambiente.

Esse dado demonstra que a biblioteca é compreendida como um espaço integrador de diferentes fontes de informação e de práticas de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes. Nesse sentido, confirma-se a observação de Campello (2011, p. 26), ao afirmar que “a maior ajuda da biblioteca era fornecer acesso (tanto físico quanto intelectual) aos recursos informacionais que os estudantes precisavam para fazer seus trabalhos”.

3.3 A biblioteca escolar como espaço de democratização do saber

A biblioteca escolar, segundo Ferreira (2012), constitui-se em núcleo essencial da mediação entre o conhecimento produzido e o sujeito em formação, devendo ser compreendida não apenas como espaço de guarda e conservação de livros, mas como instrumento ativo na democratização do saber e na promoção da cidadania. O autor enfatiza que a comunicação e as dinâmicas internas da biblioteca são elementos fundamentais para torná-la um ambiente vivo, interativo e pedagógico, no qual a informação circula, é reinterpretada e socializada.

Nesse sentido, a biblioteca escolar deixa de ser um simples repositório de acervo e se transforma em ambiente de troca simbólica, capaz de romper barreiras de acesso ao conhecimento e de garantir a todos os estudantes oportunidades igualitárias de aprendizado.

A biblioteca escolar como espaço de mediação simbólica, pedagógica e cultural, também é retratada no Manifesto (IFLA/UNESCO, 1999), que indica que a biblioteca escolar “fornece informação e ideias fundamentais para ser bem-sucedido na sociedade baseada na informação e no conhecimento”, o que reforça seu papel como ambiente formador e promotor da cidadania crítica. Para isso, a compreensão do papel da biblioteca escolar na democratização do saber exige um olhar atento sobre os conceitos que a constituem: *biblioteca, leitura, literatura, livro e memória*.

Do ponto de vista teórico, autores como Soares (2003; 2006) e Coelho (2010) sustentam que a leitura, enquanto prática social, é um ato político e emancipador. Ao mediar o acesso ao livro e à palavra, a biblioteca atua como instância de equidade

simbólica, aproximando sujeitos de diferentes contextos sociais e culturais. Para Freire (2005), o ato de ler o mundo precede o ato de ler a palavra, e nesse sentido, a biblioteca escolar, quando viva e participativa, se converte em território de leitura do mundo: lugar de encontro, diálogo e reconstrução de significados.

A noção de livro, nesse contexto, também deve ser ampliada, conforme argumenta Chartier (2002), que o livro é mais do que um suporte, sendo um dispositivo de circulação cultural e de produção de sentidos. Em uma sociedade desigual como a brasileira, o acesso ao livro não pode ser entendido apenas como direito individual, mas como responsabilidade pública. A biblioteca escolar é, portanto, instrumento de justiça cognitiva (Sousa Santos, 2018), capaz de reequilibrar oportunidades educacionais e culturais.

A literatura, por sua vez, desempenha função social de construção de identidades e pertencimentos. Ao criar pontes entre o real e o imaginário, ela desperta a sensibilidade estética e amplia o horizonte interpretativo do leitor, constituindo-se como um elemento essencial da formação cidadã. Nesse sentido, a biblioteca escolar é o espaço institucional que assegura o encontro entre o sujeito e a palavra literária, concretizando o direito à fruição artística, previsto nas políticas culturais e educacionais.

Por fim, a memória ocupa lugar central nesse debate, de acordo com o definido por Halbwachs (2003), a memória coletiva consiste em uma reconstrução social do passado, a partir das experiências vividas e compartilhadas. A biblioteca escolar preserva, dessa forma, a memória cultural e afetiva da comunidade escolar, registrando saberes e trajetórias individuais e coletivas. Assim, é também um espaço de resistência e de continuidade histórica.

Nesse cenário, a democratização do saber, enquanto princípio educativo e cultural, ultrapassa a simples ampliação do acesso a acervos. Trata-se de um compromisso ético, político e social com a formação integral e crítica dos sujeitos, assegurando-lhes condições efetivas para participar da produção e da circulação do saber. A biblioteca escolar passa a ser mais do que um espaço de consulta ou empréstimo de livros, mas um lugar de formação cidadã, de construção de sentidos e de promoção da equidade simbólica.

Como afirma Cândido (2011), o direito à literatura é um direito humano fundamental, pois a leitura e a imaginação são componentes essenciais da dignidade humana. Ao mediar o acesso à palavra escrita, a escola e, em especial, sua biblioteca,

cumprem uma função de humanização. Essa perspectiva coincide com Yunes e Pondé (1988), para quem a leitura literária é instrumento de sensibilização e de reconhecimento de si e do outro, ou seja, uma prática de encontro com a alteridade. Dessa forma, democratizar o conhecimento significa também democratizar o sensível, garantir que todos tenham o direito à emoção estética e à reflexão crítica sobre o mundo.

A Lei nº 12.244/2010 e, mais recentemente, a Lei nº 14.837/2024, ao estabelecerem a obrigatoriedade das bibliotecas escolares e a criação da Política Nacional de Leitura, Escrita e Bibliotecas Escolares (PNLEB), expressam a tentativa de materializar esse direito. Ambas partem da concepção de que o acesso à informação e à leitura é condição necessária para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia. A inclusão, neste debate, da Lei nº 13.696/2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), amplia o alcance dessa garantia, ao integrar as ações do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, reconhecendo a leitura como direito de Estado e não apenas como prática escolar.

Entretanto, o que se observa, como apontam Martins (2018) e Costa (2019), é que a desigualdade de acesso ao livro e à leitura ainda reflete a estrutura social brasileira. Em regiões periféricas e rurais, a ausência de bibliotecas ativas, de acervos diversificados e de profissionais especializados revela que a democratização do saber permanece, em grande medida, como uma promessa não cumprida. É nesse ponto que a biblioteca escolar assume papel estratégico, pois traduz em prática o direito à leitura e, portanto, o direito à participação cultural e política.

A democratização do conhecimento, segundo Silva (2019), exige repensar a biblioteca como espaço de convivência e criação coletiva, rompendo com o modelo de sala silenciosa e excludente. Isso significa concebê-la como um ambiente vivo, que promova o diálogo entre literatura, ciência e cultura popular, abrigando práticas de leitura mediada, saraus, rodas de conversa e produções autorais. A mediação é elemento central dessa transformação: professores e bibliotecários tornam-se agentes de democratização simbólica, articulando o conhecimento formal com o saber comunitário.

Essas ações estão em consonância com o Manifesto da Biblioteca Escolar (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1), que define a biblioteca escolar como “instrumento essencial de educação e de liberdade”. O documento ressalta que a biblioteca deve contribuir para a aprendizagem permanente, o desenvolvimento pessoal e a cidadania

responsável. No entanto, para que isso se concretize, é imprescindível que haja políticas públicas de formação continuada, financiamento de acervos e fortalecimento institucional das redes de leitura. Sem isso, o discurso da democratização se fragiliza e a biblioteca escolar corre o risco de se tornar apenas um símbolo vazio de acesso.

Nessa perspectiva, a democratização do conhecimento na biblioteca escolar envolve, simultaneamente, três dimensões interdependentes: a) Acesso material, que se refere à infraestrutura, aos acervos e à conectividade; b) Mediação humana, que diz respeito à atuação crítica de professores e bibliotecários; e c) Apropriação simbólica, que ocorre quando a leitura se torna experiência significativa e emancipadora.

Como aponta Freire (2005), *não basta ler a palavra, é preciso ler o mundo*. A biblioteca, quando viva e integrada ao PPP da escola, torna-se o lugar dessa leitura ampliada, onde se aprendem as linguagens da cidadania, da arte e da imaginação.

3.3.1 O papel do professor e do bibliotecário como agentes socializadores do conhecimento e da cultura

A formação leitora e cidadã é resultado de uma ação coletiva, que articula o trabalho pedagógico e informacional. Nesse contexto, professor e bibliotecário assumem papel central como mediadores da cultura e do conhecimento.

O professor é um importante mediador entre o aluno e o mundo da leitura. Sua prática pedagógica deve ir além da decodificação textual, estimulando a interpretação crítica e a sensibilidade estética. Freire (1996) sustenta que ensinar exige a coragem de não negar a curiosidade do educando, tendo em vista que o professor é aquele que instiga, provoca e orienta a leitura do mundo. Quando o docente reconhece a biblioteca como extensão da sala de aula, amplia as possibilidades formativas, inserindo o estudante em um ecossistema de aprendizagem mais amplo e significativo.

O bibliotecário, por sua vez, é o profissional que organiza o acesso à informação e garante as condições técnicas e pedagógicas para que a biblioteca cumpra sua função social. Mais do que gestor de acervo, é um educador da informação (Kuhlthau, 2013), responsável por desenvolver competências informacionais dos usuários, como ensinar a buscar, avaliar e usar criticamente a informação. A atuação do bibliotecário deve ser integrada ao cotidiano escolar,

articulando-se com professores e gestores para planejar atividades de leitura, curadoria de conteúdos e ações culturais.

A efetividade da biblioteca escolar depende da sinergia entre esses dois profissionais. A parceria entre professor e bibliotecário rompe barreiras institucionais e epistemológicas, permitindo que o processo educativo ocorra de forma interdisciplinar e colaborativa. Viana e Pieruccini (2015) afirmam que a biblioteca é uma “instância de formação compartilhada”, onde os sujeitos constroem conhecimento a partir da troca, do diálogo e da leitura crítica da realidade.

Essa articulação potencializa a biblioteca como espaço de socialização cultural, no qual se entrelaçam o saber escolar e o saber vivido. A ação conjunta desses agentes assegura que a biblioteca escolar não seja um espaço de silêncio e isolamento, mas um território de encontros, pluralidade e emancipação.

3.4 A biblioteca escolar como espaço político e de resistência cultural

Discutir a biblioteca escolar sob a perspectiva da democratização do conhecimento implica reconhecer que ela é também um espaço político, em que se travam disputas simbólicas e ideológicas pela produção e circulação do saber. A biblioteca, nesse sentido, não é neutra: ela reproduz ou confronta as estruturas de poder que definem quem tem direito à leitura, à palavra e à representação.

De acordo com Bourdieu (1996), os espaços de legitimação cultural, tais como a escola e a biblioteca, são arenas de reprodução social, nas quais o capital simbólico se distribui de modo desigual. O acesso ao livro, à literatura e à informação constitui, portanto, uma forma de poder. Em sociedades marcadas pela desigualdade, a democratização da leitura é uma ação contra-hegemônica, pois permite o ingresso de sujeitos historicamente excluídos na esfera do discurso e do pensamento crítico.

Em complemento, Fioravante (2017) compreende a biblioteca escolar como um território simbólico de múltiplas dimensões, que oscila entre o encantamento e o abandono. Para a autora, esse espaço representa simultaneamente o lugar da descoberta, do refúgio e do silêncio criador, mas também o retrato das ausências — da falta de investimento, de políticas públicas consistentes e de reconhecimento do seu papel pedagógico.

Essa contradição reflete as tensões presentes na escola pública brasileira, em que a biblioteca muitas vezes se mantém à margem das práticas curriculares, embora

possua um potencial transformador inegável. Ao reconhecer essa ambivalência, Fioravante (2017) propõe que se retome a biblioteca escolar como espaço político de resistência cultural, onde o acesso à leitura e ao conhecimento se materializa como direito e não como privilégio. Nessa perspectiva, democratizar o saber implica não apenas abrir as portas da biblioteca, mas garantir condições concretas para que ela cumpra sua função formativa, cultural e cidadã.

Nesse sentido, a biblioteca escolar, quando garante o direito à leitura e à produção de sentidos, desafia a lógica de exclusão que historicamente silenciou as vozes periféricas, femininas, indígenas e negras. Freire (2005) lembra que todo ato de leitura é um ato de libertação. Assim, a função política da biblioteca manifesta-se também no seu potencial de promover a diversidade cultural e epistêmica.

Para Sousa Santos (2018), a descolonização do conhecimento é tarefa urgente das instituições educativas, ao considerar que democratizar o saber significa reconhecer as múltiplas epistemologias — os saberes locais, populares, orais e comunitários — que coexistem com a tradição acadêmica e científica. A biblioteca, quando aberta a essas vozes, torna-se espaço de pluralidade, no qual o conhecimento não é imposto, mas dialogado.

Essa perspectiva amplia a concepção de leitura como direito humano, defendida por Cândido (2011), ao reconhecer a literatura como bem essencial e pensar a biblioteca como garantia desse direito, não apenas por meio do acesso, mas pela participação crítica dos sujeitos na produção cultural. A biblioteca escolar é, portanto, o lugar onde o direito à palavra se concretiza: onde a voz popular encontra legitimidade, e onde se constroem identidades coletivas.

Chartier (2002) observa que o ato de ler é um gesto de apropriação, uma forma de ressignificar o texto e, portanto, de resistir. Nesse sentido, cada leitura realizada em uma biblioteca escolar pode ser compreendida como um pequeno ato de resistência simbólica, seja à homogeneização cultural, à exclusão ou à mercantilização do saber. A leitura é, assim, um exercício de autonomia e um modo de reinventar o mundo.

Arroyo (2013) acrescenta que a escola (e por extensão, a biblioteca escolar) é um espaço de disputa por reconhecimento e dignidade. Os sujeitos populares, ao se apropriarem do saber, reconfiguram os sentidos do que é conhecimento legítimo. A biblioteca escolar, então, ao acolher essas experiências e memórias, torna-se arquivo vivo de culturas subalternizadas, reescrevendo a história a partir das margens.

Por isso, pensar a biblioteca escolar como espaço político significa compreender que cada livro, cada mediação de leitura e cada acervo representam escolhas, e que essas escolhas definem o que é lembrado e o que é esquecido, quem é ouvido e quem permanece invisível.

O compromisso com a democratização do conhecimento é, assim, um compromisso ético com a memória e com a diversidade, e a resistência cultural que emerge da biblioteca não é apenas teórica, manifestando-se em práticas cotidianas de professores, bibliotecários e estudantes que, em condições adversas, mantêm viva a circulação do saber.

Como destaca Fioravante (2017), a biblioteca escolar transita entre o encantamento e o esquecimento: pode ser espaço de descobertas e refúgio simbólico, mas também de abandono quando negligenciada pelas políticas públicas. Essa dualidade reforça a necessidade de vê-la como território político e formativo, essencial à democratização do saber e à permanência dos estudantes na cultura escrita.

Em poucas palavras, a biblioteca escolar é um espaço de luta simbólica e de esperança política, estando sua força em mediar não apenas o conhecimento, mas a dignidade. Ao garantir o direito de ler e ser lido, ela contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos. Democratizar a biblioteca, portanto, é democratizar o próprio projeto de sociedade; projeto este, que reconhece na palavra o instrumento maior da liberdade.

4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO: A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO POLÍTICA PÚBLICA, ESPAÇO FORMATIVO E DE EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL

Este capítulo dedica-se à análise crítica das políticas públicas voltadas às bibliotecas escolares, articulando os marcos legais nacionais e estaduais às diretrizes e instrumentos normativos produzidos pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

Inicia-se com a análise legislativa, contemplando as leis federais e estaduais de Mato Grosso que tratam da universalização das bibliotecas, da política de leitura e da criação de sistemas de gestão e monitoramento. Em seguida, avança-se para a análise documental, que examina os dispositivos pedagógicos e operacionais constantes nas Diretrizes para a Biblioteca Escolar Estadual de Mato Grosso (2023) e no Guia Prático da Estrutura Física das Bibliotecas (2023).

Essa estrutura visa compreender de que forma o conjunto normativo e técnico delinea a biblioteca escolar como espaço pedagógico, cultural e formativo, coerente com os objetivos desta pesquisa, de investigar suas contribuições para a promoção da leitura, o desenvolvimento cognitivo e a consolidação da autonomia intelectual dos estudantes.

4.1 Análise da legislação federal

4.1.1 Lei nº 12.244/2010: Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino do País

A Lei nº 12.244/2010 marca o início de uma trajetória de reconhecimento da biblioteca escolar como componente essencial do processo educativo, determinando que todas as instituições de ensino do país, públicas e privadas, possuam uma biblioteca devidamente estruturada, com acervo adequado e atualizado. Esse dispositivo legal simboliza uma conquista histórica para a educação brasileira, pois insere a biblioteca como instrumento de equidade e democratização do saber, articulando-se ao princípio constitucional de acesso universal à educação e à cultura.

Sob a perspectiva dos referenciais teóricos que embasam esta pesquisa, a lei pode ser compreendida como um marco que tenta institucionalizar o direito à leitura

como prática social e formativa. Como defende Soares (2003), o letramento vai além da decodificação de palavras, configurando-se como o uso social da leitura e da escrita na vida cotidiana. Assim, garantir bibliotecas em todas as escolas é oferecer condições para que os sujeitos se tornem leitores críticos, capazes de interpretar o mundo e atuar sobre ele.

Entretanto, a ausência de mecanismos de financiamento e de prazos exequíveis revela as contradições da política: o texto legal reconhece a importância da biblioteca, mas não assegura as condições materiais e humanas para sua efetivação. Nesse sentido, o que Charlot (2000) denomina de “relação com o saber” permanece comprometido, pois a biblioteca é prevista em lei, mas ainda não vivida pelos sujeitos.

A norma, portanto, inaugura o reconhecimento jurídico da biblioteca escolar como espaço de formação e autonomia intelectual, mas sua execução limitada reforça o que Fioravante (2017) aponta, quando diz que muitas bibliotecas ainda oscilam entre descobertas e abandono, carecendo de políticas que garantam permanência, mediação e sentido.

4.1.2 Lei nº 13.696/2018: Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE)

A Lei nº 13.696/2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), representa um avanço qualitativo em relação à Lei nº 12.244/2010, que buscava a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino. Ela desloca o foco da mera existência física da biblioteca para a promoção da leitura como direito cultural e prática de emancipação, articulando escola, comunidade e Estado em uma política de formação leitora contínua.

Inspirada em concepções que aproximam educação e cultura, a PNLE se alinha ao pensamento de Freire (2005) ao compreender a leitura como ato de libertação, e também de Arroyo (2011), ao afirmar que o acesso ao conhecimento é um direito social que humaniza e emancipa. Essa legislação reconhece a biblioteca escolar como espaço de mediação pedagógica e cultural, onde se constroem sentidos, pertencimentos e identidades. Campello (2011) também defende esse ponto de vista, afirmando que a biblioteca escolar é um ambiente educativo, capaz de fomentar o pensamento crítico, a curiosidade e o diálogo interdisciplinar.

A PNLE reforça, ainda, o papel do professor/mediador de leitura (seja o professor, o bibliotecário ou outro educador) como sujeito que transforma o ato de ler em experiência compartilhada. Nesse ponto, a lei se aproxima de Ferreira (2012), ao destacar que a leitura é uma prática que requer contextos simbólicos e afetivos para se consolidar.

Ao prever ações integradas entre bibliotecas públicas, comunitárias e escolares, a PNLE dá um passo em direção a uma política de Estado que compreende o livro e a leitura como elementos estruturantes da formação intelectual e cidadã, dialogando diretamente com o objetivo desta pesquisa, que estão voltados a analisar as políticas públicas que orientam a organização e o funcionamento das bibliotecas escolares.

4.1.3 Lei nº 14.837/2024: Atualização da Política Nacional de Bibliotecas Escolares

A Lei nº 14.837/2024 representa um marco de atualização e fortalecimento da política nacional para as bibliotecas escolares. Ao alterar a Lei nº 12.244/2010, a nova norma redefine a biblioteca escolar como “ambiente de aprendizagem e acesso à informação, dotado de recursos físicos e digitais, sob responsabilidade de profissionais qualificados” (Brasil, 2024, p. 1), e institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Essa reformulação evidencia uma mudança paradigmática, pois a biblioteca passa a ser compreendida não apenas como estrutura, mas como espaço de produção de conhecimento, letramento digital e inclusão social.

Essa visão amplia o sentido atribuído à leitura e à formação leitora, relacionando-se com as concepções de Soares (2020), que indica que o texto legal incorpora a ideia de que o letramento se transforma conforme as práticas e linguagens contemporâneas, exigindo que a escola acompanhe as novas formas de comunicação e significação. O SNBE, ao propor articulação em rede e formação continuada de profissionais, responde à exigência sobre o papel mediador e/ou do educador que, ao selecionar textos e orientar leituras, possibilita a construção de repertórios culturais e interpretativos (Coelho, 2000).

A lei também ecoa as reflexões de Bauman (2010) sobre a modernidade líquida, ao reconhecer que os espaços educativos devem ser flexíveis, interconectados e abertos às transformações culturais e tecnológicas. Nesse sentido,

a biblioteca escolar é projetada como ambiente fluido e dinâmico, integrando tecnologias, suportes digitais e diversidade cultural, sem perder sua função de encontro, reflexão e resistência. Como complementa Fioravante (2017), a biblioteca é também refúgio simbólico e político em meio às instabilidades do mundo contemporâneo.

Ao instituir o SNBE, a lei concretiza parte das lacunas deixadas pela legislação anterior, propondo instrumentos de monitoramento, fomento e formação, o que aproxima a política de uma visão efetivamente sistêmica. Em diálogo com Charlot (2000) e Arroyo (2011), a norma reafirma que o conhecimento é um bem público e que a escola deve garantir aos estudantes a possibilidade de aprender a aprender, de pensar e de se reconhecer como sujeito do saber.

Trata-se, portanto, de uma legislação que materializa a biblioteca escolar como espaço pedagógico e cultural de desenvolvimento cognitivo, interpretativo e reflexivo, em consonância com o objetivo central desta pesquisa.

4.1.4 Síntese comparativa das legislações federais

A análise das três leis federais revela uma evolução conceitual e política que vai da presença física da biblioteca (Lei nº 12.244/2010) à integração pedagógica e cultural da leitura (Lei nº 13.696/2018), culminando na visão sistêmica e tecnológica da biblioteca como ambiente de aprendizagem (Lei nº 14.837/2024).

Pensando nisso, elaborou-se o quadro abaixo, sistematizando as leis federais estudadas em cinco eixos de análise: a) Concepção de biblioteca; b) Base teórica; c) Dimensão pedagógica; d) Instrumentos de execução; e e) Enfoque na formação. Ao final dos eixos, construiu-se uma síntese crítica sobre cada uma delas.

Quadro 4 – Síntese comparativa das legislações federais

EIXO DE ANÁLISE	LEI Nº 12.244/2010	LEI Nº 13.696/2018 (PNLE)	LEI Nº 14.837/2024
CONCEPÇÃO DE BIBLIOTECA	Espaço obrigatório de acesso à informação	Espaço cultural e pedagógico de mediação leitora	Ambiente de aprendizagem, inclusão e letramento digital
BASE TEÓRICA	Soares (2003; 2006); Freire (2005); Charlot (2000)	Freire (2005); Campello (2011); Ferreira (2012); Arroyo (2011)	Soares (2020); Coelho (2000); Bauman (2010); Fioravante (2017)
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	Garantia de acesso e apoio ao ensino	Formação leitora e mediação cultural	Desenvolvimento de competências cognitivas e reflexivas

INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO	Determinação legal sem mecanismos de fomento	Articulação intersetorial e formação de mediadores	Sistema Nacional e políticas de monitoramento
ENFOQUE NA FORMAÇÃO	Reconhecimento da biblioteca como direito educacional	Leitura como prática emancipatória e cultural	Leitura como letramento múltiplo e digital
SÍNTESE CRÍTICA	Marco inicial, porém insuficiente	Consolidação da leitura como política pública	Ampliação e modernização conceitual da biblioteca escolar

Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa progressão evidencia o amadurecimento das políticas públicas e a ampliação de seu alcance formativo. Se em 2010, a prioridade era garantir a existência da biblioteca, em 2018, o foco passou a ser formar leitores e mediadores. Já em 2024, o interesse foi consolidar uma rede sistêmica, unindo tecnologia, inclusão e aprendizagem significativa.

4.2 Análise da legislação estadual de Mato Grosso

4.2.1 Lei nº 11.820/2022: Plano Estadual do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca de Mato Grosso (PELLLB-MT)

A Lei nº 11.820/2022 institui o Plano Estadual do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca de Mato Grosso (PELLLB-MT), e representa um marco para a consolidação de uma política pública de leitura em âmbito estadual. Inspirado na Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), o plano tem como princípios a democratização do acesso ao livro, o fortalecimento das bibliotecas e o incentivo à formação de leitores, escritores e mediadores.

O texto legal amplia o horizonte da política educacional ao reconhecer a biblioteca escolar como instrumento de promoção cultural e pedagógica, integrada a uma rede de espaços de leitura que envolve bibliotecas públicas, comunitárias e escolares. Assim, o PELLLB-MT vai além da noção de infraestrutura: entende a biblioteca como ambiente de aprendizagem e convivência, lugar de mediação e pertencimento. Assim como na legislação federal, essa visão é replicada na legislação estadual, o que converge, novamente, com a concepção de Campello (2011), ao afirmar que a biblioteca escolar é um espaço de construção coletiva do conhecimento, sustentado pela mediação crítica e pelo diálogo interdisciplinar.

A lei enfatiza a formação de mediadores e sua importância na articulação entre políticas educacionais e culturais, bem como, reconhece que o acesso aos livros e à literatura só se torna efetivo quando mediado por práticas intencionais e dialógicas, nas quais o leitor é sujeito ativo do processo. Nessa direção, o PELLB-MT reforça o papel da biblioteca escolar como espaço formador de autonomia intelectual e de repertório cultural, em consonância com o objetivo central desta pesquisa.

Ao instituir um plano de longo prazo, a norma também busca dar continuidade e estabilidade às políticas públicas do setor, evitando a fragmentação das ações educacionais. No entanto, a efetividade do PELLB-MT ainda depende de recursos financeiros, formação técnica e acompanhamento sistêmico, dimensões que Arroyo (2011) considera essenciais para transformar o direito à educação em realidade concreta.

Por fim, a lei reafirma o compromisso do Estado com a leitura como prática de cidadania, alinhando-se ao pensamento de Soares (2006), reiterando que o letramento é a base para o exercício pleno da participação social e política.

4.2.2 Lei nº 11.839/2022: Obrigatoriedade de Bibliotecas nas Escolas da Rede Estadual

A Lei nº 11.839/2022 complementa o PELLB-MT ao determinar a obrigatoriedade de implantação de bibliotecas em todas as instituições de ensino da rede pública estadual de Mato Grosso. A norma reforça o caráter vinculante do direito à leitura e busca garantir condições mínimas para a efetivação daquilo que a Lei nº 12.244/2010 já havia previsto em âmbito federal.

No entanto, o texto estadual avança ao propor que as bibliotecas sejam dotadas de acervo atualizado, recursos tecnológicos e profissionais habilitados, o que indica uma preocupação não apenas com a presença física, mas com a qualidade pedagógica e cultural desses ambientes. Essa perspectiva reflete o que Charlot (2000) denomina de “relação com o saber”, em que o aprendizado não se resume à transmissão de conteúdos, mas envolve a construção de sentido, mediada por práticas e interações significativas.

Ao prever a figura do profissional responsável pela biblioteca, a lei se aproxima da concepção de Coelho (2000), segundo a qual, o mediador é o agente que transforma o livro em experiência educativa e a leitura em prática cultural. A presença

desse mediador é fundamental para concretizar a função da biblioteca como espaço de letramento e socialização do conhecimento (Soares, 2006; Ferreira, 2012).

Outro ponto relevante é a menção à inclusão e à acessibilidade, alinhando-se ao proposto por Fioravante (2017). A autora vê na biblioteca um lugar de refúgio, diversidade e acolhimento. Nesse sentido, a Lei nº 11.839/2022 reconhece que o espaço da biblioteca não é neutro e sim político e simbólico, moldado pelas condições materiais e pelas relações que ali se estabelecem. Sua implementação, portanto, não se limita à criação de acervos, mas requer a construção de um ambiente capaz de estimular a leitura como prática reflexiva e emancipatória (Freire, 2005).

Apesar de seu avanço conceitual, a lei enfrenta o mesmo desafio das demais legislações educacionais: a distância entre o texto normativo e a realidade das escolas. A ausência de estratégias claras de acompanhamento e de formação continuada dos profissionais ainda limita a transformação das bibliotecas em espaços vivos de aprendizagem, que reflete uma sociedade em constante mutação, em que as instituições precisam adaptar-se às novas formas de circulação e produção do conhecimento.

4.2.3 Síntese comparativa das legislações estaduais

As duas leis estaduais analisadas expressam um avanço significativo na consolidação da política pública de leitura e biblioteca escolar em Mato Grosso, tanto em termos de estrutura normativa quanto de alinhamento às diretrizes nacionais. Enquanto a Lei nº 11.820/2022 estabelece um plano estratégico de fomento à leitura, à literatura e à formação de mediadores, a Lei nº 11.839/2022 trata da execução prática dessa política, ao garantir a obrigatoriedade de implantação e manutenção das bibliotecas escolares.

Na mesma direção do quadro produzido para a síntese comparativa das legislações federais, apresenta-se, abaixo, a sistematização das leis estaduais de Mato Grosso, em seis eixos de análise: a) Natureza da norma; b) Concepção de biblioteca; c) Dimensão pedagógica; d) Base teórica; e) Foco da política; e f) Desafios identificados. Ao final dos eixos, construiu-se uma síntese crítica sobre cada uma delas.

Quadro 5 – Síntese comparativa das legislações estaduais

EIXO DE ANÁLISE	LEI Nº 11.820/2022 (PELLLB-MT)	LEI Nº 11.839/2022
NATUREZA DA NORMA	Política de planejamento e articulação cultural e educacional	Norma executiva e obrigatória
CONCEPÇÃO DE BIBLIOTECA	Espaço cultural, de mediação e convivência social	Espaço pedagógico, acessível e com profissional responsável
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	Formação de leitores e mediadores	Práticas de leitura, letramento e autonomia intelectual
BASE TEÓRICA	Freire (2005); Soares (2006); Campello (2011); Arroyo (2011)	Coelho (2000); Charlot (2000); Fioravante (2017); Ferreira (2012); Bauman (2010)
FOCO DA POLÍTICA	Planejamento estratégico e rede de bibliotecas	Implementação e funcionamento efetivo nas escolas
DESAFIOS IDENTIFICADOS	Sustentabilidade e financiamento da política	Formação e valorização dos mediadores; infraestrutura
SÍNTESE CRÍTICA	Política integradora e formativa, voltada à democratização da leitura	Política operacional que concretiza o direito à biblioteca escolar

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise comparada revela que ambas as leis são complementares e interdependentes. A primeira estabelece as diretrizes conceituais e culturais, enquanto a segunda define a obrigação concreta da presença da biblioteca em cada escola. Juntas, formam um eixo de política pública que busca institucionalizar a leitura como prática social e educativa, articulando o letramento como exercício de cidadania.

Todavia, a consolidação dessas políticas ainda depende de condições reais de implementação. Sem recursos, monitoramento e formação de profissionais, o ideal pedagógico e humanizador que atravessa essas leis permanece suspenso entre o discurso e a prática; aquilo que Fioravante (2017) chama de “abandono simbólico” das bibliotecas escolares.

Nesse sentido, a efetivação das leis estaduais representa não apenas uma questão de gestão, mas de compromisso ético e político com a formação integral dos estudantes, reafirmando a biblioteca escolar como espaço de leitura, cultura e emancipação intelectual.

4.3 Análise documental do estado de Mato Grosso

4.3.1 Diretrizes para a Biblioteca Escolar Estadual de Mato Grosso (2023)

O documento “Diretrizes para a Biblioteca Escolar Estadual de Mato Grosso”, publicado em 2023, integra o conjunto de ações do Plano Estadual do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca (PELLLB-MT) e materializa uma proposta

pedagógica alinhada às leis federais e estaduais que tratam da democratização da leitura e da universalização das bibliotecas escolares. Elaborado pela Secretaria de Educação Estadual de Mato Grosso (SEDUC-MT), o documento parte da premissa de que a biblioteca é um espaço educativo, cultural e formativo, que deve atuar de forma articulada ao PPP das escolas e às metas do PELLB.

O texto orienta os papéis de cada segmento da comunidade escolar (direção, coordenação pedagógica, professores, servidores e estudantes), definindo responsabilidades claras para o funcionamento e vitalidade da biblioteca. Essa abordagem operacionaliza o que Freire (2005) concebe como prática educativa compartilhada, na qual a leitura é ato de diálogo, de construção de sentidos e de emancipação. Assim, a biblioteca é compreendida não apenas como ambiente físico, mas como núcleo de *práxis* pedagógica, capaz de integrar projetos literários, científicos e culturais voltados ao desenvolvimento das competências cognitivas e interpretativas dos estudantes.

As diretrizes também se apoiam em uma lógica de gestão democrática e colaborativa, ao prever que cada unidade escolar desenvolva um subprojeto literário inserido no PPP, com cronograma, metas e indicadores de engajamento da comunidade escolar. Tal concepção dialoga com Charlot (2000) e Arroyo (2011), que ressaltam a importância de reconhecer a escola como espaço de produção de sentidos e de apropriação simbólica do saber. O documento enfatiza, ainda, o papel do mediador (bibliotecário, professor ou servidor lotado na biblioteca) como gestor da informação e do conhecimento, o que se alinha ao pensamento de Campello (2011), sobre a mediação como eixo central da função educativa da biblioteca.

Outro aspecto relevante é a incorporação de uma dimensão estética e emocional da leitura, expressa nas orientações para que o espaço seja acolhedor, criativo e estimulante. Essa concepção amplia a função pedagógica para o campo simbólico e afetivo, reconhecendo que o ato de ler envolve sensibilidade e vínculo cultural.

Por fim, o documento reforça a integração entre educação, cultura e sustentabilidade, inserindo a biblioteca no projeto de educação integral do estado de Mato Grosso e em práticas de valorização da diversidade e da participação comunitária.

Em síntese, as Diretrizes configuram-se como um instrumento normativo-pedagógico que traduz em ações concretas os princípios teóricos e legais da política

de leitura, articulando o espaço da biblioteca à formação crítica, criativa e emancipadora dos sujeitos.

4.3.2 Guia Prático da Estrutura Física das Bibliotecas – MT (2023)

O Guia Prático da Estrutura Física das Bibliotecas – MT, publicado em 2023, é um documento complementar às Diretrizes, tendo caráter eminentemente técnico e operacional, voltado à padronização dos espaços e à garantia de condições adequadas de funcionamento das bibliotecas escolares.

Igualmente elaborado pela SEDUC-MT, o guia orienta sobre *layout*, mobiliário, iluminação, acessibilidade, sinalização e organização do acervo, seguindo parâmetros das legislações vigentes e das normas de acessibilidade e inclusão.

No que se refere aos aspectos físicos, o documento traduz uma visão contemporânea da biblioteca como ambiente de aprendizagem e convivência. A recomendação de espaços multifuncionais (leitura, estudo, pesquisa e atendimento) e de integração com tecnologias (internet, *chromebooks*, datashow, TVs) demonstra o alinhamento às transformações sociais e culturais da modernidade. A biblioteca é apresentada como espaço flexível, dinâmico e híbrido, capaz de dialogar com novas linguagens e suportes digitais sem perder sua função simbólica e comunitária.

O documento enfatiza a importância da acessibilidade física e informacional, propondo ambientes arejados, iluminados e inclusivos. Essa perspectiva remete à dimensão ética e social da Educação Integral discutida por Arroyo (2011) e Freire (2005), em que o espaço educativo deve ser projetado para acolher todos os corpos e garantir igualdade de condições de aprendizagem.

Ao indicar cores claras, disposição de estantes e criação de áreas de convivência com sofás, almofadas e redes, o Guia (2023) traduz em práticas concretas a noção de ambiente humanizado e sensorialmente estimulante, aproximando-se das reflexões de Fioravante (2017), em relação ao papel da biblioteca como espaço de afeto e resistência cultural.

Por outro lado, a inclusão de soluções para escolas sem espaço físico (como bibliotecas itinerantes ou cantinhos de leitura) demonstra a tentativa de assegurar o direito à leitura mesmo em contextos de precariedade estrutural. Esse fator reafirma o que Soares (2006) e Ferreira (2012) identificam como o desafio da democratização do acesso e da continuidade do letramento em redes desiguais.

Assim, o documento complementa o caráter político-formativo das Diretrizes ao garantir a materialidade e a viabilidade concreta da política pública, unindo forma e função, espaço e pedagogia.

4.3.3 Síntese comparativa dos documentos estaduais

Os dois documentos se complementam na execução da política de leitura e biblioteca escolar em Mato Grosso. Enquanto as Diretrizes assumem um papel pedagógico e político, delineando os princípios, funções e responsabilidades dos sujeitos envolvidos, o Guia materializa esses princípios em parâmetros físicos e estruturais para o funcionamento dos espaços.

Organizou-se, no quadro abaixo, a sistematização dos documentos elaborados pela SEDUC-MT, em seis eixos de análise: a) Natureza do documento; b) Foco central; c) Dimensão teórica; d) Concepção de biblioteca; e) Papel do mediador; e f) Abordagem de leitura. Ao final dos eixos, construiu-se uma síntese crítica sobre cada um deles.

Quadro 6 – Síntese comparativa dos documentos estaduais

EIXO DE ANÁLISE	DIRETRIZES PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR (2023)	GUIA PRÁTICO DA ESTRUTURA FÍSICA (2023)
NATUREZA DO DOCUMENTO	Normativo-pedagógico	Técnico-operacional
FOCO CENTRAL	Função educativa, cultural e mediadora	Estrutura física, acessibilidade e ambientação
DIMENSÃO TEÓRICA	Freire (2005); Soares (2003; 2006); Charlot (2000); Campello (2011); Fioravante (2017)	Bauman (2010); Arroyo (2011); Fioravante (2017); Ferreira (2012)
CONCEPÇÃO DE BIBLIOTECA	Espaço de mediação, pertencimento e cidadania	Ambiente de aprendizagem híbrido, inclusivo e acolhedor
PAPEL DO MEDIADOR	Gestor da informação e articulador pedagógico	Responsável pela organização e dinamização do espaço
ABORDAGEM DA LEITURA	Ato social, cultural e emancipatório	Experiência sensorial e estética
SÍNTESE CRÍTICA	Transforma o espaço em núcleo de práticas formativas e culturais	Assegura condições físicas e tecnológicas para que essas práticas ocorram

Fonte: Elaborado pelo autor.

De forma articulada, ambos os documentos revelam uma política pública madura e integrada, que reconhece a biblioteca como território de aprendizagem, cultura e cidadania. As Diretrizes definem o “porquê” pedagógico e político da biblioteca, enquanto o Guia define o “como”, técnico e material. Juntos, esses

documentos concretizam o ideal defendido por Fioravante (2017), idealizando a biblioteca como espaço de descoberta, refúgio e permanência, essencial à formação integral e à autonomia intelectual dos estudantes.

4.4 Análise conjunta das leis federais e estaduais e dos documentos orientadores

A análise conjunta das leis federais e estaduais e dos documentos orientadores da SEDUC-MT evidencia um movimento consistente de institucionalização da biblioteca escolar como política pública de leitura e de formação cidadã. Esse conjunto normativo e técnico não apenas garante a presença física das bibliotecas nas unidades de ensino, mas também redefine seus sentidos e funções no campo pedagógico, cultural e social.

Desde a promulgação da Lei nº 12.244/2010, observa-se a construção de uma agenda nacional que busca universalizar o acesso às bibliotecas escolares, reconhecendo a leitura como direito e a biblioteca como componente essencial da aprendizagem. O avanço trazido pela Lei nº 13.696/2018 (PNLE), ao conceber a leitura como prática social e cultural, e consolidado pela Lei nº 14.837/2024, ao criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), demonstra a passagem de um enfoque estrutural para uma abordagem sistêmica e formativa da política pública. No mesmo movimento, as leis estaduais — Lei nº 11.820/2022 (PELLLB-MT) e Lei nº 11.839/2022 — traduzem esses princípios em planos de ação concretos, vinculando o direito à leitura às práticas pedagógicas das escolas, à valorização dos mediadores e à democratização da cultura escrita no território mato-grossense.

Do ponto de vista teórico, esse conjunto normativo reflete a visão defendida por Freire (2005) de que a leitura é um ato de libertação, e por Soares (2006), que a define como prática de letramento situada socialmente. Em complemento, a biblioteca escolar, ao oferecer condições para o exercício da leitura crítica, torna-se espaço de autonomia intelectual, reflexão e diálogo com o mundo, conforme propõe Charlot (2000).

Nesse sentido, a presença da biblioteca ultrapassa a dimensão instrumental, configurando-se como espaço político de acesso, resistência e produção de saber, articulando o direito à educação com o direito à cultura (Arroyo, 2011; Fioravante, 2017).

Os documentos complementares da SEDUC-MT — as Diretrizes para a Biblioteca Escolar Estadual e o Guia Prático da Estrutura Física das Bibliotecas — materializam esses princípios em orientações pedagógicas e estruturais que visam transformar o espaço da biblioteca em ambiente vivo de práticas educativas, culturais e tecnológicas. As Diretrizes explicitam a importância da mediação e da gestão colaborativa, reforçando o papel do bibliotecário e do professor como sujeitos da mediação cultural (Campello, 2011; Coelho, 2000), enquanto o Guia assegura a concretude dessas ações ao definir parâmetros de acessibilidade, ambientação e modernização tecnológica, condições indispensáveis à formação integral, (Bauman, 2010; Ferreira, 2012).

Esse arcabouço de leis e documentos configura, portanto, um sistema articulado de políticas públicas de leitura, que reconhece a biblioteca escolar como espaço de aprendizagem significativa, de encontro entre saberes e de desenvolvimento de competências cognitivas, interpretativas e reflexivas. A interrelação entre os planos nacional e estadual demonstra um esforço de territorialização das políticas educacionais, aproximando os ideais de democratização do acesso à leitura das realidades concretas das escolas mato-grossenses, especialmente quando se propõem bibliotecas itinerantes e espaços alternativos de leitura, garantindo o direito de aprender mesmo em contextos de precariedade.

No entanto, a efetividade dessa política ainda enfrenta desafios estruturais e humanos. A ausência de recursos contínuos, formações específicas e acompanhamento pedagógico sistemático mantém um descompasso entre a norma e a prática. O cumprimento integral das metas previstas exige, portanto, a consolidação de redes colaborativas entre poder público, escolas e comunidade — redes que possam sustentar a biblioteca como lugar de encontro, pertencimento e emancipação.

Em síntese, a análise de documentos e legislação confirma que a biblioteca escolar, quando compreendida como política pública e espaço educativo, transcende a função de depósito de livros e assume papel central na construção de uma educação crítica e humanizadora. Ela é, ao mesmo tempo, instrumento de equidade e território de imaginação, lugar onde os sujeitos aprendem a ler o texto e o mundo (como diria Paulo Freire) e onde a escola reafirma sua missão de formar cidadãos autônomos, reflexivos e culturalmente plenos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o papel da biblioteca escolar na democratização do saber é reconhecer que esse espaço representa uma das dimensões mais concretas do direito à educação de qualidade, pois materializa o princípio de igualdade de acesso à cultura e à informação, sendo um dos poucos lugares onde o Estado pode, de fato, garantir equidade simbólica e cognitiva entre os estudantes. Entretanto, a democratização efetiva não se restringe à existência física da biblioteca, mas depende de infraestrutura, acervo atualizado, mediação qualificada e políticas permanentes de leitura.

A experiência brasileira demonstra que a ausência de continuidade administrativa e de financiamento estável enfraquece as iniciativas públicas. Em meio a esse cenário, a Lei nº 12.244/2010, que foi um marco de reconhecimento legal, careceu de operacionalização. Tanto é que a Lei nº 14.837/2024 recoloca a biblioteca no centro do debate educacional, vinculando-a a metas concretas e indicadores de desempenho. Entre ambas, a Lei nº 13.696/2018 (PNLE) ampliou a compreensão da leitura como prática cultural e direito social, oferecendo um elo entre o campo da educação e o da cultura. Juntas, essas legislações configuram uma rede normativa coerente, que traduz, no plano legal, o movimento de institucionalização da leitura e da biblioteca escolar como política pública de formação cidadã.

A análise documental das Diretrizes para a Biblioteca Escolar Estadual de Mato Grosso (2023) e do Guia Prático da Estrutura Física das Bibliotecas (2023) permitiu observar a tentativa concreta de territorializar essa política, transformando os princípios legais em orientações pedagógicas e estruturais para as escolas da rede estadual. Enquanto as Diretrizes afirmam a função mediadora e pedagógica da biblioteca, o Guia Prático consolida os aspectos técnicos e de infraestrutura necessários à sua efetivação. Esses documentos reforçam a concepção freiriana de que a leitura é ato político de libertação e confirmam a tese de Soares (2006; 2016) e Campello (2011), de que o letramento se consolida nas práticas de interação social, nas trocas simbólicas e no acesso equitativo aos bens culturais.

A análise de documentos e legislação realizada demonstra, portanto, que o arcabouço normativo existente oferece bases sólidas para a democratização da leitura e para o fortalecimento da biblioteca escolar como espaço pedagógico, cultural e formativo, o que cumpre integralmente o objetivo geral desta pesquisa, que foi

compreender de que maneira a biblioteca contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, interpretativas e reflexivas e para a formação da autonomia intelectual dos estudantes.

Os objetivos específicos também foram contemplados, ao passo que: a) investigou-se a função pedagógica e formativa da biblioteca, evidenciando que a mediação da leitura e o trabalho integrado entre professores e bibliotecários constituem-se como práticas fundamentais para o letramento social e crítico; b) analisou-se as políticas públicas federais e estaduais, constatando que a legislação brasileira evolui de uma concepção estrutural para uma visão sistêmica e formativa da biblioteca escolar, ainda que os desafios de financiamento e acompanhamento permaneçam; e c) examinou-se as implicações dessas políticas, confirmando que, quando implementadas de forma articulada às práticas escolares e aos projetos pedagógicos, as bibliotecas tornam-se efetivos espaços de aprendizagem, cidadania e emancipação intelectual.

Para que esses dispositivos legais e orientativos saiam do papel, é imprescindível que a biblioteca seja compreendida como instrumento pedagógico estratégico, inserido no planejamento curricular, nas formações docentes e na gestão escolar. Isso porque a leitura não é uma atividade periférica, mas o eixo da aprendizagem e da cidadania. O letramento não se reduz ao domínio do código escrito, mas envolve a inserção crítica e participativa no mundo da cultura escrita. O processo de leitura mediado pela biblioteca escolar deve contemplar não apenas a alfabetização técnica, mas também o letramento como prática social, que se constrói nas interações entre sujeitos, textos e contextos culturais (Soares, 2006; 2016).

Desse modo, a biblioteca escolar deve ser entendida como um núcleo de inovação educativa, articulando cultura, ciência, tecnologia e cidadania. Em tempos de desinformação e de enfraquecimento das instituições democráticas, ela se torna espaço de resistência epistemológica, capaz de formar sujeitos críticos que leem o mundo, questionam narrativas e constroem sentidos coletivos para o saber.

Assim, a biblioteca escolar passa a ser um projeto civilizatório, e sua consolidação depende de compromisso político, financiamento público e valorização profissional. Quando vive em harmonia com o cotidiano da escola, transforma não apenas o modo de aprender, mas o próprio modo de ser no mundo, reafirmando a educação como prática de liberdade (Freire, 2005) e a leitura como exercício de humanidade.

Em outras palavras, o fortalecimento da biblioteca escolar como espaço democrático implica reconhecer que a leitura é uma prática social e política. A escola, ao proporcionar o encontro entre o sujeito e o texto, entre o vivido e o simbólico, realiza um ato de inclusão cultural. Se torna, dessa forma, a instância mediadora que concretiza o direito ao conhecimento e à literatura, tornando visível o papel do Estado na garantia de uma formação integral e crítica.

Ao incorporar as perspectivas de que a leitura é um ato de resistência e de humanização, confirma-se que a formação leitora requer continuidade, mediação qualificada e políticas de incentivo sustentáveis, sob pena de perpetuar o elitismo simbólico que marca a história cultural brasileira, bem como o acesso desigual ao universo da palavra como forma de exclusão social (Viana, 2022; Cândido, 2011).

Desse modo, a democratização do conhecimento, no âmbito da biblioteca escolar, não pode ser tratada como mero cumprimento legal, mas deve ser vista como ação estruturante de uma política de direitos, que compreende o livro, a leitura e a escrita como bens públicos. Ainda que o avanço legal seja inegável, a efetividade das políticas analisadas depende de planejamento, financiamento e formação profissional, e a carência de bibliotecários e de espaços adequados em boa parte das escolas públicas revela a contradição entre a retórica da universalização e as condições concretas de implementação.

Por outro lado, experiências locais e comunitárias (como bibliotecas populares, clubes de leitura e feiras literárias escolares) demonstram que a democratização é possível, quando se articula o protagonismo social com o compromisso pedagógico. Essas iniciativas mostram que a leitura pode ser um ato político de afirmação identitária, valorização cultural e transformação social, reiterando que a biblioteca escolar, quando enraizada no território e integrada à vida da comunidade, cumpre sua vocação de espaço de encontro, diálogo e emancipação.

Em síntese, o percurso teórico, legislativo e documental desenvolvido nesta pesquisa demonstra que a biblioteca escolar é o coração simbólico da escola democrática: nela pulsa o encontro entre o saber instituído e o saber vivido. Quando se torna um espaço de escuta, diálogo e produção de sentidos, cumpre sua função emancipadora. A democratização do saber, portanto, não é apenas a ampliação do acesso, mas a garantia do direito de cada sujeito a ler, pensar e existir plenamente — condição essencial para que a educação realize sua função mais profunda, que é a de formar seres humanos críticos, criativos e livres.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que a existência de um arcabouço legal consistente voltado à biblioteca escolar não se traduz, automaticamente, em sua efetivação como política pública de direito. A produção normativa pode coexistir com racionalidades de gestão orientadas pela contenção de investimentos, pela performatividade e pela responsabilização institucional, o que tensiona a materialização dos princípios inscritos na legislação.

Assim, a consolidação da biblioteca escolar como espaço pedagógico, cultural e formativo depende menos da promulgação de normas e mais de condições concretas de implementação, tais como financiamento adequado, profissionais qualificados, tempo pedagógico reconhecido e compromisso político contínuo com a democratização do saber. Essa contradição revela que a garantia do direito à leitura e à informação permanece como um campo de disputa, no qual a legislação, embora fundamental, não é suficiente por si só para assegurar a efetividade do direito educacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Núbia Régia de. **Desdobramentos das políticas públicas para as bibliotecas escolares em escolas do município de Araguaína/TO**. Tese (Doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura) — Universidade Federal do Tocantins. Araguaína, 2019.
- ALVES, Rosimar Pires. **O Estado da Arte sobre biblioteca escolar: análise bibliométrica da produção científica (2013-2019)**. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2022.
- ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel González. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BEDIN, Jéssica. **A atuação do bibliotecário escolar na formação de estudantes pesquisadores no ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. **Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País**. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.
- BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. **Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE)**. Brasília: Diário Oficial da União, 2018.
- BRASIL. Lei nº 14.837, de 22 de abril de 2024. **Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, para redefinir biblioteca escolar e instituir o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares**. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.
- CAMPELLO, Bernadete. **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. São Paulo: Autêntica, 2011.
- CÂNDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. 5. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2011. p. 181-196.

CARDOSO, Juçara dos Santos. **Bibliotecas escolares**: uma cartografia. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Santarém, 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 2002.

COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil**: história, teoria, análise. São Paulo: Moderna, 2010.

COGO, Domingos Sávio. **O lugar da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019.

COSTA, Eliane. **Leitura e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

CRISPIM, Adriana Calegari. **As tecnologias nas bibliotecas escolares**: um olhar para a competência tecnológica do bibliotecário da Rede do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (CFNP). Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2023.

CRUZ, Aline; SALES, Fernanda de. A relação da literatura catarinense nos acervos das bibliotecas escolares. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 364-377, set./dez. 2018

ESTELA, Flor de Maria Silvestre. **A biblioteca escolar nos projetos de leitura nas escolas que obtiveram os melhores resultados do ENEM**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

FERREIRA, Armindo Ribeiro. **Biblioteca no ambiente escolar**: comunicação, dinâmicas, organização e estratégias de atendimento. São Paulo: Érica, 2012.

FIORAVANTE, Eliane. **Biblioteca escolar**: entre livros, descobertas, refúgio e abandono. São Paulo: CRV, 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

IFLA/UNESCO. Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Manifesto para a Biblioteca Escolar**. Haia: IFLA, 1999.

IPL. Instituto Pró-Livro. **Retratos da Leitura no Brasil**. São Paulo: IPL, 2024a.

IPL. Instituto Pró-Livro. **Mais da metade dos brasileiros não lê livros, aponta pesquisa**. Notícias. Publicado em: 20 nov. 2024b. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/2024/11/20/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-le-livros-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Panorâmica**, v. 33, p. 123-145, maio/ago. 2021.

KUHLTHAU, Carol. **Enseñanza de la búsqueda de información: construcción del significado**. Buenos Aires: Alfagrama, 2013.

LIMA, Francisco Alexandre Maciel de. **Jogos educativos digitais e leitura para alunos do ensino médio: a contribuição da motivação e da jogabilidade**. Dissertação (Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras) — Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, Universidade Estadual do Ceará. Quixadá, 2019.

LIMA, Larissa Stefane Rodrigues de. **O papel da biblioteca como espaço de mediação do hábito da leitura e do desenvolvimento humano na perspectiva de estudantes do Instituto Federal de Goiás – Câmpus Inhumas: contribuições das concepções histórico-culturais**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Estadual de Goiás. Inhumas, 2023.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2018.

MATO GROSSO. Lei nº 11.820, de 28 de junho de 2022. **Institui o Plano Estadual do Livro, da Leitura, da Literatura e da Biblioteca de Mato Grosso – PELLB-MT**. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 2022.

MATO GROSSO. Lei nº 11.839, de 25 de julho de 2022. **Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de bibliotecas nas instituições de ensino da rede pública estadual de Mato Grosso**. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 2022.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes para a biblioteca escolar estadual de Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC-MT, 2023.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Guia prático da estrutura física das bibliotecas – MT**. Cuiabá: SEDUC-MT, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PAIVA, Raquel Miranda Vilela. **A biblioteca escolar e os nativos digitais**. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) — Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, Rodrigo. **Biblioteca escolar sul-mato-grossense**: cenários e perspectivas. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade Estadual Paulista (UNESP). São Paulo, 2019.

PINNA, Gisele Camargo Monteiro. **A biblioteca escolar na formação de competências em informação**: contribuições e perspectivas em bibliotecas do Colégio Pedro II. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2016.

ROCA, Glória Durban. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

SALES, Fernanda de. **“A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar”**: contribuições da música como fonte de informação para a prática pedagógica nas bibliotecas escolares. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis, 2016.

SANTOS, Rejane Valéria. **O papel da biblioteca escolar na formação de leitores**: a experiência da biblioteca do Instituto Federal de Minas Gerais – Câmpus São João Evangelista/MG na formação de leitores nos cursos de nível médio. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019.

SILVA, Cristiana Vasconcelos do Amaral. **Usos da biblioteca em uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental**: os encontros com a leitura. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A leitura nos oceanos da internet**: navegar é preciso, ler não é preciso. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, Tânia. **A biblioteca escolar e o direito à leitura**. Goiânia: PUC Goiás, 2019.

SILVA, Wellington Santos. **Plano Nacional do Livro, Leitura e Biblioteca**: estudo de caso da cidade de Jardinópolis, região metropolitana de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Estadual Paulista (UNESP). São Paulo, 2022.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: por onde começar? Um método neurocientífico eficiente para ensinar a ler de verdade. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SOUZA, Solange da Silva. **A importância da biblioteca escolar na formação de leitores**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Belém, 2019.

TAVARES, Ane Carolina Randig. **A mediação de leitura literária na biblioteca**: saberes, práticas e competência do(a) bibliotecário(a)-educador(a). Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2023.

TRINDADE, Thaís Lima. **A biblioteca escolar como agente transformador da sociedade**: uma perspectiva ecossistêmica. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2019.

VALADARES DA SILVA, Eduardo. **O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2019.

VIANA, Maria Rita. **A leitura e a formação dos leitores no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022.

VIANA, Maria; PIERUCCINI, Ivete. **Biblioteca escolar**: espaço de leitura e de formação de leitores. São Paulo: Edusp, 2015.

YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. **Leitura**: práticas, teorias e experiências. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.